



PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS  
 AUTORIZADO A RECEBER AS  
 DEPLAÇAS DE PLASTICO  
 EM INVOLUCO SICHADO  
 PODE ABIR-SE PARA  
 VERIFICACAO POSTAL

**FENPROF divulga a 1 de Setembro**

# GUIA DE SOBREVIVÊNCIA

DO/A PROFESSOR/A  
 CONTRATADO/A



FENPROF • Rua Fialho de Almeida, 3  
 1070-128 LISBOA

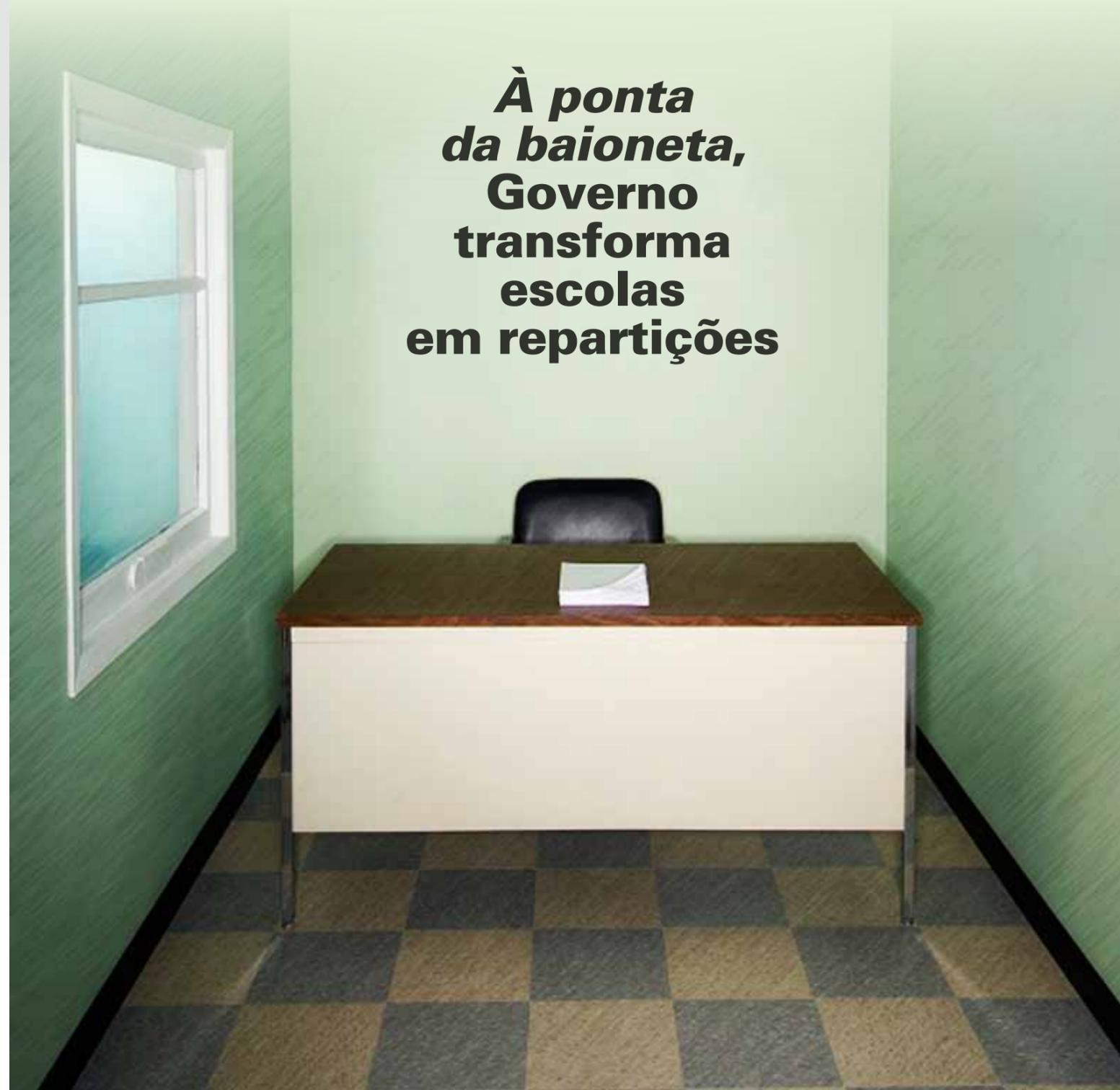
# JEF

Jornal da FENPROF | Director: Mário Nogueira  
 Mensal | nº 244 | Julho '10 | 0,50 Euros

Centenário  
 do Dia Internacional  
 da Mulher  
 Coleccionável 4



*À ponta  
 da baioneta,  
 Governo  
 transforma  
 escolas  
 em repartições*



## Desemprego e limpeza de ficheiros...

“Os dados do IIEFP confirmam um agravamento do desemprego registado nos Centros de Emprego que, em relação ao mesmo mês do ano passado, subiu 12,7%”, alerta a nota de imprensa divulgada no passado dia 14 de Julho pela CGTP-IN. A Central destaca ainda que “o decréscimo mensal no número de inscritos em 1,6% tem por base efeitos de sazonalidade, como aliás é referido em alguns relatórios mensais do IIEFP do mês de Junho e não é um facto novo, uma vez que desde 2005 se verifica uma descida mensal (com excepção de 2009), mesmo em anos, como é o caso, em que a variação anual subiu”. Depois de sublinhar que “o pouco emprego criado nesta altura do ano se caracteriza por uma elevada precariedade, não perspectivando a garantia da sua manutenção”, a Inter dá números da “limpeza” de desempregados nos ficheiros do IIEFP:

“Neste mês (Julho 2010) foram anulados dos registos 48 710 desempregados. Se, por um lado, a realidade económica e o próprio papel do IIEFP na colocação de desempregados (apenas 6261 no mês de Junho, num total de 551 868) conduz a que muitos trabalhadores deixem de acreditar nos Centros de Emprego, a verdade é que o IIEFP continua sem explicar a eliminação de trabalhadores dos seus ficheiros e a causa de tais anulações, facto que não se compadece com a transparência e rigor dos dados publicados, pondo em causa a própria credibilidade dos mesmos.”

Tendo por base valores e projecções divulgadas por diferentes organismos, nacionais e internacionais, e pelo próprio Governo, que apontam para um aumento do desemprego, a CGTP-IN reafirma que a alteração de política é imperiosa para responder às largas centenas de milhares de trabalhadores, e suas famílias, confrontadas com esta situação e exige o reforço dos apoios sociais. ●

➤ **INFO** [www.fenprof.pt](http://www.fenprof.pt) | [www.cgtp.pt](http://www.cgtp.pt)



### Presidente do CE não se recandidatou

Aquando do fecho desta edição, ainda não eram conhecidos os resultados das eleições para o Conselho das Escolas, realizadas no dia 15 de Julho. Face ao sentido francamente descendente do desempenho deste órgão consultivo do ME, a que presidiu durante os últimos três anos, a não recandidatura de Álvaro Santos merece avaliação positiva. ●



### Um livro que não faz muita diferença

Lurdes Rodrigues cumpriu mais uma etapa da sua realização pessoal, dando à luz um livro onde defende que «A Escola Pública Pode Fazer a Diferença». Tendo assistido ao parto, consta que a actual “directora” do mega-agrupamento da 5 de Outubro terá sido obsequiada com um exemplar do portefólio da antecessora – que, nos 26 itens titulados, não utiliza uma única vez a palavra professor ou educador. ●



### 4 Em foco

Encontro “Democracia para a Escola”: entrega de *Manifesto* no ME

### 6 Em foco

Entrevista com Licínio Lima (U. Minho) **JPO**

### 9 Em foco

“Resistir sem nunca perder a perspectiva da mudança!”

### 10 Impressões

Centralismo burocrático e mega-agrupamentos **Manuela Mendonça**

### 12 Acção Sindical

8 de Julho foi Dia Nacional de Protesto e Luta

### 13 Dossier

Precariedade

### Coleccionável

100 anos de caminhos e lutas pela igualdade (4)



### 21 Actual

Horários de Trabalho: FENPROF recusou processo de auscultação

### 22 Actual

Conselho Nacional da FENPROF: Linhas de acção já a pensar no arranque do próximo ano

### 24 Actual

Notas e argumentos: a propósito da criação dos mega-agrupamentos de escolas

### 25 Internacional

Timor Leste: Centro Comunitário do Alto Balide quase construído **Abel Macedo**

### 26 Internacional

Fórum Social Europeu 2010 em Istambul: uma Nova Europa é possível e necessária! **Henrique Borges**

### 30 Carreira

“Bailinho” da progressão e do ECD na R.A. da Madeira **Nélio de Sousa**

**Se as soluções individualmente encontradas podem ser uma saída extremamente positiva num jogo de futebol, já no jogo democrático, a partilha na procura de soluções é essencial. Se não for assim, já se sabe, Sócrates resolve, mas, por norma, resolve mal!**



## "Sócrates resolve?!"

A Assembleia da República tem aprovado diversas Resoluções, algumas das quais de grande importância para os professores. Desde logo, a que recomenda a não consideração da avaliação nos concursos, mas que o Governo não se sentiu obrigado a respeitar, pois uma Resolução não tem força de lei.

A Assembleia da República aprovou quatro Resoluções que, em síntese, mandam parar o designado processo de ordenamento da rede escolar, ou seja, o encerramento de escolas e a criação de mega-agrupamentos. O Governo não as teve em conta, pois as mesmas, por serem resoluções, não têm força de lei.

O Governo ignorou essas cinco, como ignorou quase três dezenas de resoluções parlamentares, ou estas não constituíssem meras recomendações sem força de lei. Mas se essa foi a postura governamental face ao que resolve a Assembleia da República, o mesmo não acontece em relação às suas próprias resoluções. E é precisamente suportado na Resolução n.º 44/2010, de 14 de Junho, do Conselho de Ministros, que foram condenadas a encerrar cerca de mil escolas,



um pouco por todo o país, e constituídos, segundo o ME, cerca de uma centena de mega-agrupamentos por processos que, efectivamente, correspondem a verdadeiros emparcelamentos.

O mais curioso é que esta Resolução que, como qualquer outra, não tem força de lei, parece suficiente para suportar ilegalidades, sendo disso exemplo a integração de escolas secundárias nos agrupamentos, o agrupamento de escolas sem que os seus órgãos se pronunciem favoravelmente, a interrupção de mandatos e a designação de comissões administrativas por fax, entre outras tropelias ao Estado de direito democrático.

É neste tão original quanto estranho quadro político que a ilegitimidade se instala, a legalidade se fere e a governação se limita a resolver, dando disso conhecimento aos cidadãos... o que, decerto, em sua opinião, já não é mau.

Se as soluções individualmente encontradas podem ser uma saída extremamente positiva num jogo de futebol, já no jogo democrático, a partilha na procura de soluções é essencial. Se não for assim, já se sabe, Sócrates resolve, mas, por norma, resolve mal! ●

**MÁRIO NOGUEIRA**  
(Secretário-Geral da FENPROF)



ficha técnica

Jornal da FENPROF | Propriedade, Redacção e Administração: Federação Nacional dos Professores | Rua Fialho de Almeida, 3 | 1070-128 LISBOA | Tels.: 213819190 - Fax: 213819198  
E-mail: [fenprof@fenprof.pt](mailto:fenprof@fenprof.pt) | [www.fenprof.pt](http://www.fenprof.pt) | Director: Mário Nogueira | Chefe de Redacção: Luís Lobo | [luis.lobos@sprc.pt](mailto:luis.lobos@sprc.pt) | Conselho de Redacção: Abel Macedo (SPN), António Baldaia (SPN), Fernando Vicente (SPRA), Luís Lobo (SPRC), Manuel Grilo (SPGL), Manuel Nobre (SPZS), Nélio de Sousa (SPM) | Coordenação técnica e apoio à Redacção: José Paulo Oliveira (jornalista) | [jppo@sapo.pt](mailto:jppo@sapo.pt) | Paginação e Grafismo: Tiago Madeira | Revisão: Inês Carvalho | Impressão: MULTIPONTO, S.A. | Tiragem média: 62.000 ex. | Depósito Legal: 3062/88 | ICS 109940 | NIPC: 501646060 | Edição, Distribuição e Publicidade: EDITPROF - Publicações, LDA | NIPC: 509434720 | Capital Social: 5.000,00 euros | Registo: Conservatória do Registo Comercial - R.N.P.C. Lisboa | Sede: R. Fialho de Almeida, n.º 3 - 1070 Lisboa. O "JF" está aberto à colaboração dos professores, mesmo quando não solicitada. A Redacção reserva-se, todavia, o direito de sintetizar ou não publicar quaisquer artigos, em função do espaço disponível. Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Decorreu em Lisboa, no dia 1 de Julho, um Encontro Nacional sob o lema “Democracia para a Escola”, iniciativa da FENPROF, que proporcionou o balanço de um ano de implementação do Decreto-Lei 75/2008 e perspectivou desenvolvimentos futuros nesta área.



## Entrega de Manifesto no ME “Democracia para a Escola”

Durante a manhã os trabalhos do Encontro contaram com as intervenções de Manuela Mendonça (Secretariado Nacional da FENPROF), Licínio Lima (investigador e docente da Universidade do Minho) e um painel com deputados de diversos Grupos Parlamentares (Rosalina Martins - PS; João Prata - PSD; Ana Drago - BE; e Miguel Tiago - PCP; os representantes do CDS/PP e do PEV não estiveram presentes por motivos de força maior).

O Professor Licínio Lima considerou que a forte centralização da administração educativa é o principal problema que atinge hoje a Escola Pública em Portugal e que “ou damos passos importantes na democratização do governo das escolas ou não resolveremos nenhum dos outros problemas”. Sobre o processo em curso de reestruturação da rede escolar, visando a criação de mega-agrupamentos de escolas ironizou que “em Portugal descobrimos uma teoria nova, um contributo que damos para a Humanidade: nas escolas pequenas os alunos não aprendem”. E assim, enquanto na Finlândia uma escola secundária tem uma média de 400 a 500 alunos, no nosso país a administração quer fundir escolas e criar super-estruturas organizativas com centenas de professores e milhares de alunos...

No período da tarde, decorreu um novo painel de debate em que participaram

professores que hoje exercem cargos de direcção e gestão nas escolas e agrupamentos: Adelino Lopes, Presidente do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas da Pedrulha (Coimbra); João Jaime, Director da Escola Secundária Camões (Lisboa); e Paulo Duarte, Coordenador do Departamento Curricular de Expressões da Escola Secundária Serafim Leite (S. João da Madeira).

O Encontro Nacional “Democracia para a Escola” terminou com a intervenção do Secretário-Geral da FENPROF, Mário Nogueira, que abordou, em jeito de síntese, matérias relacionadas com o encerramento cego de escolas, as consequências dos mega-agrupamentos, a carreira docente e as tentativas do Governo de imposição das regras de vinculação da Lei 12-A aos professores, precariedade e desemprego, avaliação nos concursos, balanço da legislação anterior e organização do próximo ano lectivo e horários de trabalho.

No final do Encontro, os participantes deslocaram-se ao Ministério da Educação, na Av. 5 de Outubro, onde uma delegação da FENPROF entregou as primeiras 10 000 assinaturas já recolhidas de apoio ao Manifesto, no qual os professores reclamam a abertura de um processo negociado para a revisão do Decreto-Lei 75/2008.

Recordamos nestas páginas o texto do Manifesto no qual se resumem muitas das preocupações levantadas pelos

professores presentes na iniciativa de 1 de Julho, marcada por um debate muito vivo e participado. ●



Painel com a participação de professores que exercem actualmente funções de gestão (já no período da tarde)



Intervenção de Licínio Lima (sessão da manhã)

## MANIFESTO

### Pelo regresso da gestão democrática às escolas Pelo reforço da sua autonomia pedagógica

Considerando que a gestão democrática, constitucionalmente consagrada, torna imperativa a garantia de princípios de democraticidade e de participação, como os de elegibilidade e colegialidade dos órgãos, postos em causa no actual regime de administração e gestão das escolas, os professores e os educadores subscritores deste manifesto reclamam ao Ministério da Educação (ME) a promoção de um amplo debate sobre esta matéria, que possa permitir consensualizar, a curto prazo, um regime alternativo ao actual.

Esse novo regime, para além da criação de Conselhos Locais de Educação como órgãos descentralizados da administração educativa, já previstos na Lei de Bases do Sistema Educativo, deve consagrar margens de autonomia efectiva para as escolas, o direito destas poderem optar entre um órgão de gestão unipessoal ou colegial, um processo de eleição directa do órgão de gestão por um colégio eleitoral alargado e a redefinição das competências e composição

do órgão de direcção estratégica da escola/agrupamento, actualmente atribuídas ao Conselho Geral.

No imediato, os professores e os educadores subscritores reclamam a introdução das seguintes alterações ao DL 75/2008, visando o reforço das competências e a autonomia de funcionamento do Conselho Pedagógico:

**1.** Compete ao Conselho Pedagógico, enquanto órgão de direcção pedagógica da escola, definir o modelo de organização do processo de ensino/aprendizagem, nomeadamente o tipo, as competências e a composição das estruturas pedagógicas intermédias, tornando o seu funcionamento menos burocrático, reforçando a coordenação pedagógica e a articulação curricular e adequando-o à realidade de cada comunidade educativa;

**2.** Compete ainda ao Conselho Pedagógico flexibilizar a organização dos espaços, tempos, agrupamentos de alunos

e apoios educativos;

**3.** O Presidente do Conselho Pedagógico é eleito de entre os seus membros docentes, deixando de ser obrigatória a acumulação desse cargo com o de Director;

**4.** Para além do Director, o Conselho Pedagógico é constituído pelos coordenadores das estruturas de gestão intermédia e de supervisão pedagógica que vierem a ser definidas ao nível da escola/agrupamento, democraticamente eleitos pelos docentes que as constituem.



Deslocação ao ME para entrega do Manifesto com as primeiras 10 000 assinaturas

## Ouvimos e registámos

**Mega-agrupamentos** são opção política de matriz economicista. Em nome de princípios administrativos e com vista a reduzir trabalhadores, docentes e não docentes, esmaga-se a democracia, a participação e o interesse pedagógico. A precariedade e o desemprego são riscos acrescidos para o próximo ano lectivo. Levámos esta preocupação à reunião com o Presidente da República e confirmámos que o congelamento de admissões na Administração Pública não inclui a Educação e a Saúde. Isso dá-nos força para exigirmos o concurso em 2011. ●

**Mário Nogueira**  
Secretário-Geral da FENPROF

**Depois de quatro anos** de enorme tensão e instabilidade, esperava-se que a nova equipa do ME elege-se como prioridade restituir às escolas alguma tranquilidade. Não é isso que está a acontecer. Nas últimas semanas, os responsáveis pela gestão das escolas têm vindo a ser contactados pelas DREs para serem postos perante um facto consumado: os agrupamentos de es-

colas já existentes e as escolas secundárias vão ser fundidos em unidades organizacionais de maior dimensão, com a consequente concentração de serviços e dos órgãos de administração e gestão na escola sede. ●

**Manuela Mendonça**  
Secretariado Nacional da FENPROF

**É urgente** olhar para os directores de turma, é urgente encarar os problemas de indisciplina e violência na escola (...) Deixo aqui um apelo: mobilizem os professores mais novos, sindicalizem-nos (...) O Conselho Geral não serve para nada... estamos fartos de instabilidade! ●

**Adelino Lopes**  
presidente do CG do Agrupamento de Escolas da Pedrulha

**É fundamental** a participação e o envolvimento dos professores (...) As lideranças têm que ser um acto colectivo, ninguém sozinho consegue pôr de pé um projecto educativo (...) Há uma representação desproporcionada das autarquias (...) Somos prisioneiros da

informática e da burocracia (...) Não podemos baixar os braços. Os mega-agrupamentos não são viáveis em termos de gestão. ●

**João Jaime**  
Director da Escola Secundária de Camões, Lisboa

Painel com a presença dos representantes dos partidos (ainda no período da manhã)





ENTREVISTA

## Licínio Lima:

*“À ponta da baioneta, as escolas são transformadas em repartições...”*

Na sequência da sua participação no recente encontro nacional promovido pela FENPROF sob o lema “Democracia na Escola”, colocámos ao Professor Licínio Lima, prestigiado investigador e docente da Universidade do Minho (Departamento de Ciências Sociais da Educação), algumas das questões que marcam o governo das escolas e os seus desafios, num contexto marcado, entre outros factores, pelos mega-agrupamentos e pelo reforço do poder centralizador a partir do Ministério da 5 de Outubro.

**Há vários anos que o Professor tem chamado a atenção para a contínua afirmação centralizadora da administração educativa sobre as escolas. Houve alguma evolução?**

**Licínio Lima (L.L.)** – Como já tive oportunidade de referir em textos e em conferências e outras iniciativas um pouco por todo o País, continua a existir, na verdade, uma contradição insanável entre a centralidade educativa e pedagógica das escolas e o seu carácter periférico em termos de governo e autonomia. Ao invés, a política e a administração da educação

revelam-se, na tradição portuguesa, altamente centralizadas, embora fatalmente periféricas no que concerne à acção educativa e pedagógica concreta, que ocorre necessariamente em contexto escolar e não nos departamentos centrais ou nas instâncias pericentrais desconcentradas do ministério respectivo.

**Esse centralismo, além de não criar soluções, envolve também uma faceta autoritária?**

**L.L.** – Sem dúvida. Como os problemas mais típicos e complexos da “escola de

massas” exigem soluções políticas e organizacionais diversas e contextualizadas, única forma de responder positivamente à crescente diversidade das escolas públicas e dos seus alunos, o centralismo revela-se inconsequente em termos educativos e pedagógicos, assumindo dimensões autoritárias, próprias de uma oligarquia que, por definição, é incapaz de corrigir os seus erros e de se descentrar das suas lógicas de controlo. À ponta da baioneta, as escolas são transformadas em repartições.

**A recentralização avança. A política**

**dos mega-agrupamentos também aponta nesse sentido?**

**L.L.** – Os agrupamentos representam um novo nível no reforço de centralização. A lógica dos agrupamentos poderia ter sido interessante, conduzida de outra forma; a que temos é uma visão tecnocrática, centralizadora. Criaram, na verdade, um novo nível de centralização...

É interessante ver como os profissionais se referem ao Agrupamento. Quando vão à sede, dizem “vamos ao Agrupamento”... Eles estão na escola e, quando precisam, vão ao agrupamento, quer dizer: vão à sede do agrupamento...

Agora, é possível acabar com as direcções regionais!... O poder central controla tudo através das plataformas de controlo informático. O Director está na sede do agrupamento e é o rosto estampado do Ministério da Educação, não é o rosto da escola.

**Ainda voltaremos à figura do Director. Para já, a questão da centralização é mesmo um grave problema para a escola pública?...**

**L.L.** – Certamente. A forte centralização da administração educativa é o principal problema que atinge hoje a Escola Pública em Portugal e ou damos passos importantes na democratização do governo das escolas ou não resolveremos nenhum dos outros problemas.

Em Portugal descobrimos uma teoria nova, um contributo que damos para a Humanidade: nas escolas pequenas os alunos não aprendem. E assim, enquanto na Finlândia uma escola secundária tem uma média de 400 a 500 alunos, no nosso país a administração quer fundir escolas e criar super-estruturas organizativas com centenas de professores e milhares de alunos...

**E a autonomia? Continua na gaveta... É a tal “terra prometida”, eternamente adiada?**

**L.L.** – Apesar da recente retórica em torno da “autonomia da escola”, uma promessa insistentemente repetida mas eternamente adiada em termos minimamente substantivos, tem-se assistido a fenómenos de recentralização que asseguram o protagonismo insular das equipas governativas e respectivos aparelhos administrativos. São exemplos disso mesmo a lei orgânica do ME e o reduzido número de contratos de autonomia assinados, independentemente das críticas que vêm sendo apresentadas a esta figura, normativamente estabelecida há mais de uma década. Ao mesmo tempo que os discursos autonómicos se generalizam, sem consequências visíveis, emerge, pelo contrário, um maior protagonismo do governo, seja através da tradicional produção normativa e hiper-

-regulamentadora, seja por intermédio de novos dispositivos de governamentalização da administração central, das direcções regionais e, sobretudo, das escolas. A este propósito, a criação do conselho das escolas tem-se revelado, até agora, mais um elo de ligação entre o governo e as escolas, garantindo a centralidade do primeiro, do que um fórum de expressão das segundas e um locus de concertação e produção de políticas participadas.

**Isso tem consequências...**

**L.L.** – Entre outros, dois fenómenos emergem daquela situação. Em primeiro lugar uma disputa sem precedentes pelo protagonismo e pela visibilidade pública entre governo, e administração, e as escolas, com o resultado que é do conhecimento de todos; os protagonistas centrais do ministério da educação reafirmaram-se como os mais importantes actores político-educativos, tornaram-se notícia incontornável, concentraram sobre si todas as atenções, frequentemente em termos personalizados. O anunciado, e relevante, projecto de defesa e dignificação da escola pública aparece, hoje, secundarizado por uma acção política contraditória. Medidas de alcance potencialmente elevado foram contrariadas, ou pelo menos diminuídas, por lógicas antagonistas, pela intransigência, pela incapacidade negocial, configurando uma estratégia que se assemelha várias vezes a um certo vanguardismo e dirigismo de feição leninista: a conquista, o slogan, a campanha, o marketing, revelam-se instrumentos centrais de uma lógica modernizadora em que, como há muito criticou Paulo Freire, a estrutura que se pretende transformar é entendida como um mero objecto, e não como sujeito da sua própria transformação.

Em segundo lugar, assiste-se a um processo de reificação das escolas, inscritas no discurso governamental como entidades mais ou menos abstractas e homogéneas, como se não fossem habitadas por actores concretos e atravessadas por múltiplas racionalidades. Daquele modo, contudo, mais manejáveis pela acção governamental e, no limite, apresentadas de forma atomizada e em oposição à expressão, considerada minoritária ou sem legitimidade institucional, de todas as posições divergentes face aos projectos governamentais. Não por acaso, em todos os conflitos que opõem ministério e professores, o que nos é assegurado é que, independentemente das agendas sindicais ou da expressão das associações ou movimentos de professores, “as escolas” já estão as aplicar a legislação, já estão a resolver os problemas, a encontrar soluções... porque são a favor, e não contra, porque, no limite, seriam mais independentes e representariam melhor o interesse público. De há muito, porém, a legislação escolar vem fazendo referência à “administração



**Precisamos de um Ministério da Educação mais humilde, mais moderado, com mais consciência dos problemas, mais próximo das escolas, mais solidário. O poder central atrapalha muito...**

educativa”, por um lado, e às “escolas”, ou “subunidades de gestão”, por outro, como se a administração escolar fosse uma prerrogativa do centro.

Na verdade, tenho chamado a atenção para a natureza estranhamente atópica da direcção de cada escola concreta; fora do seu lugar, antes se localizando para além de cada organização escolar, ou seja, no centro político-administrativo, concentrado e desconcentrado.

**O Professor tem abordado a figura do Director como o representante do Ministério no terreno...**

**L.L.** – A recente criação da figura do “director”, enquanto primeiro responsável perante o governo, e “rosto” de cada escola, não devolve minimamente a direcção escolar às escolas, ao contrário do que seria de supor. Não é o governo das escolas que se pretende partilhar com os órgãos próprios das escolas, mas sobretudo a gestão corrente, procurando garantir uma mais fiel operacionalização local das políticas educativas centrais, embora sempre subordinada a um extenso corpus de regras supra-organizacionalmente produzidas. E por isso a autonomia de que se fala tende a coincidir com o elogio da diversidade da execução periférica das decisões centrais, limitada a uma autonomia operacional, mesmo assim fortemente vigiada. Nestes termos, mesmo a eleição do director e a existência de um “conselho geral”, de resto quesitos constitucionais mínimos, não deixam de ser inscritos numa organização política e administrativa mais global que garante a sua função de legitimação democrática e, simultaneamente, a sua subordinação, e eventual cooptação, perante o poder central.

O director será, muito provavelmente e de acordo com a nossa tradição, o primeiro representante do poder central junto de cada escola, o “rosto” do Ministério, ainda que localmente escolhido, uma contradição que a seu tempo poderá ser resolvida.

### A escola não é uma ilha. As políticas da administração dirigidas à escola fazem parte de opções políticas muito concretas...

**L.L.** – É verdade. Mas deixe-me, para já, sublinhar uma das mais interessantes conexões entre a tradição centralista e o novo cânone gerencialista, este último uma das expressões mais conhecidas da "Nova Gestão Pública" no campo da educação. Em princípio, a burocracia estatal e respectiva centralização são fortemente criticadas pelas correntes reformistas, que adoptam os quadros de racionalidade mais típicos das organizações económicas e empresariais.

A reforma do Estado é considerada central, atribuindo maior protagonismo ao mercado, à iniciativa privada, ao conceito de rede nacional, e não já ao de rede pública de estabelecimentos de educação e ensino, conforme estabelece a nossa Constituição.

Novas formas de regulação da educação emergem, com destaque para os conceitos de supervisão estatal e de meta-regulação, no quadro dos quais a "gestão democrática" e a colegialidade nas escolas tendem a ser vistas como utopias políticas herdadas da revolução e como irracionalidades de gestão; neste quadro, o gerencialismo significa mais gestão para menos democracia. A avaliação, das escolas dos professores e dos alunos, é transformada num instrumento de controlo, garantindo a mensuração, comparação e hierarquização, a partir das quais se legitimam orçamentos competitivos, contratos de performance, mercados internos, lideranças fortes de tipo unipessoal, concorrência entre distintos fornecedores de educação e formação. A autonomia das escolas é, consequentemente, entendida como um instrumento ao serviço de distintos projectos educativos em concorrência, uma autonomia



"É ineficaz uma política que pretende impor soluções a régua e esquadro – do poder central sobre os professores"

sistematicamente aferida em termos de padrões estabelecidos centralmente, uma autonomia merecida e conquistada em ambiente de competitividade, uma vez que "competir para progredir" é um dos lemas de referência.

Entre muitas outras, as dimensões que referi encontram-se em processo de introdução nas políticas educativas portuguesas ao longo das duas últimas décadas, conforme várias investigações têm chamado à atenção. Contudo, com variações acentuadas de governo para governo, de formas por vezes contraditórias, com distintas características consoante os níveis de ensino, e, especialmente, em tensão permanente com a tradição centralizada do nosso sistema educativo.

Vivemos, portanto, uma complexa fase de transição, na qual a introdução do cânone gerencialista suscita diversas resistências e oposições, não apenas em termos estritamente pedagógicos e profissionais, mas também no que concerne à própria administração central, aos municípios e às comunidades locais, às associações de pais, aos interesses económicos, etc. Basta lembrar temas como a racionalização da rede escolar e os agrupamentos de escolas, a avaliação dos professores, o ensino privado, a gestão das escolas, a intervenção dos

municípios, as parcerias com as IPSS, entre outros.

### E entramos, então, no campo das contradições...

**L.L.** – As contradições entre a burocracia estatal centralizada e o gerencialismo de feição competitiva e descentralizada, este apresentado como tipicamente pós-burocrático, vêm-se traduzindo, entre nós, num hibridismo complexo e sem precedentes. Não é tanto o problema das contradições entre soluções centralizadas e descentralizadas, matéria em que criativamente se têm engendrado soluções mistas e movimentos simultâneos de descentralização e de recentralização, dando lugar a novas formas de regulação e meta-regulação da educação, seja accionando formas de regulação pelo mercado, seja instituindo novas agências de regulação privadas ou supra-nacionais. O mais curioso, e perturbante, é o retorno a concepções instrumentais e técnico-burocráticas de organização escolar, entendida como um instrumento (*organum*), reatualizando concepções organizacionais mecanicistas. A crítica ideológica à burocracia pública estatal, ignorando os fenómenos de burocratização empresarial e das organiza-

ções privadas, e a tentativa da sua superação através de modelos de governação pós-burocrática, considerados inovadores e flexíveis, mas à margem de soluções governativas mais democráticas e participadas, tem resultado, contraditoriamente, na emergência de uma hiper-burocracia.

### O controlo aperta cada vez mais a vida das escolas...

**L.L.** – O controlo central que se abate sobre as escolas, a radical mudança dos quotidianos escolares e da acção dos professores, o taylorismo informático, os procedimentos de todos os tipos de avaliação, são apenas alguns exemplos notáveis do regresso ao positivismo, às pedagógicas científicas e racionalizadoras, ao protagonismo dos objectivos em educação, à mensuração para a competitividade e o produtivismo.

### A burocracia está aí em grande força...

**L.L.** – Isso também não é novidade. As alternativas à governação burocrática das organizações escolares, que têm evacuado e deslegitimado várias formas de gestão democrática e colegial, a favor de soluções de tipo gerencial, anunciadas como pós-burocráticas, não só não têm assegurado uma governação mais democrática das escolas nem combatido a burocratização das escolas e da educação, como, paradoxalmente, têm radicalizado o seu burocratismo tradicional e contribuído para a emergência de uma hiper-burocracia incompatível com uma educação democrática.

### O que é que o sistema educativo precisa realmente?

**L.L.** – Ou damos passos importantes na democratização do governo das escolas ou não resolveremos nenhum dos outros problemas.

As escolas precisam de mais autonomia, de mais responsabilidade. É ineficaz uma política que pretende impor soluções a régua e esquadro – do poder central sobre os professores.

Para ser rápido, posso dizer-lhe que precisamos de um Ministério da Educação mais humilde, mais moderado, com mais consciência dos problemas, mais próximo das escolas, mais solidário. O poder central atrapalha muito...

Já agora: precisamos de um órgão de verdadeira direcção, que não é o actual Conselho Geral. ●

## "Resistir sem nunca perder a perspectiva da mudança!"



- **Autoridade** passará a significar **autoritarismo**;
- **Democracia** passará a significar **liberdade condicional**.

"É neste quadro, que estamos a viver, que temos de nos movimentar. E movimentar significa resistir, mas também nunca perder a perspectiva de mudança", realçou o dirigente sindical, que pormenorizou: "Uma mudança que só se obtém com a luta, sendo que a luta não é sinónimo, apenas, de greves e manifes-

"Para o Governo, neste momento, o que é fundamental não é, ainda, nomear os seus apaniguados para a direcção das escolas. Foi, num primeiro momento, garantir que alguém estabeleceria o seu modelo autoritário. De preferência gente capaz, honesta, experiente e respeitada nas escolas. Vem agora a segunda fase: livrar-se de alguns, de quem já não precisa, e aproveitar restantes para estabelecer uma nova organização do sistema: os mega-agrupamentos".

tões. Lutar é, no dia a dia, nas escolas, participar, denunciar, juntar forças para desgastar e combater este modelo de gestão, com vista a recuperar a gestão democrática das escolas. Isso sim! Pode demorar um pouco mais do que gostávamos, é verdade, mas inevitável será recuperar a gestão democrática".

Noutra passagem, Mário Nogueira destacou que "o Governo de Portugal deveria olhar para os países onde este caminho concentracionista e autoritário já foi percorrido, perceber os problemas que neles existem e verificar como procuram alternativas". Por incompetência, por alerta, os responsáveis políticos portugueses têm deitado fora as alternativas que, "para muitos no estrangeiro, eram um bom exemplo".

As palavras são de Mário Nogueira num dos momentos da intervenção de encerramento do Encontro Nacional "Democracia para a Escola". Logo de seguida, afirmaria: "Mais um ou dois anos, final de 2010/2011, será então o tempo do Governo se livrar dos *incómodos*, sendo que *cómodos* serão os que apliquem as suas decisões sem reclamar, seja por considerarem não haver alternativa, seja por acharem ser esse o seu dever".

Sobre a organização do próximo ano lectivo e os horários de trabalho, lembrou que o ME, depois de ter reconhecido que se tratava de um problema a resolver, "não alterou a matriz inscrita no ECD por razões de ordem política, social e financeira. Remeteu, no entanto, para a negociação do despacho sobre organização do próximo ano lectivo algumas alterações. Mas, afinal, o projecto não prevê alterações... E mais: não haverá negociação por não ser matéria obrigatória, opinião que não partilhamos".

"Há uma questão", concluiu Mário Nogueira, "que não podemos deixar de colocar: nas relações institucionais há o compromisso político que às vezes vale pouco...; há a imposição jurídica que, às vezes, perante habilidosas interpretações, vale o que vale...; mas também há a palavra dos Homens e essa deve valer mais do que qualquer outra coisa. Começa a ficar a ideia de que a actual Ministra, com ou sem os seus Secretários de Estado, vai acabar por ter de escrever um livro daqueles que não precisamos de ler porque vivemos o que aconteceu..." ●

**A forte centralização da administração educativa é o principal problema que atinge hoje a Escola Pública em Portugal e ou damos passos importantes na democratização do governo das escolas ou não resolveremos nenhum dos outros problemas.**

## Centralismo burocrático e mega-agrupamentos

**D**ada a sua pertinência e actualidade, a questão relativa à criação de mega-agrupamentos acabou por ser muito discutida no Encontro sobre direcção e gestão das escolas, promovido pela FENPROF no passado dia 1 de Julho.

A forma como a administração tem vindo a conduzir todo este processo - comunicando via telefone factos consumados e fazendo cessar, de forma abrupta e arbitrária, Projectos Educativos em desenvolvimento no terreno e mandatos dos órgãos de administração e gestão - configura um desrespeito pelo funcionamento democrático dos estabelecimentos de ensino e é a prova de que toda a retórica do DL 75/2008 em torno do reforço da autonomia das escolas e da valorização da participação da comunidade não passa de uma mistificação. Como afirmámos, a administração educativa não se descentralizou, pelo contrário, tem vindo a recentralizar-se.

Quanto à solução imposta - fusão de escolas com identidades, culturas e projectos distintos em agrupamentos com milhares de alunos e centenas de professores dispersos por vários edifícios - melhor fora que o governo assumisse claramente o objectivo desta medida, em vez de se escudar em argumentos demagógicos, de promoção do sucesso educativo ou de acompanhamento do percurso escolar dos alunos. Se não se vislumbra qualquer razão de ordem pedagógica para uma reestruturação da rede desta natureza, compreende-se facilmente quer o seu alcance financeiro (supressão de cargos e serviços e redução de pessoal), quer o potencial de maior controlo destas superestruturas por parte da administração central e regional.

As escolas devem ser organizações de média dimensão, espaços humanizados, onde as pessoas se conheçam e seja possível uma gestão de proximidade - na Finlândia, país tantas vezes apontado como exemplo a seguir, uma escola secundária tem entre 400 e 500 alunos. Paradoxalmente, no nosso país defende-se a criação de mega-agrupamentos e a gestão de escolas à distância, como se estas fossem empresas com uma sede e várias filiais. De uma



As escolas devem ser organizações de média dimensão, espaços humanizados, onde as pessoas se conheçam e seja possível uma gestão de proximidade

penada, desescolariza-se a administração escolar em Portugal: as escolas perdem uma identidade e uma cultura próprias e a centralidade passa para a sede do agrupamento e o director dos directores, visto como o representante do ME no agrupamento.

Devido à contestação de que foi alvo, esta reorganização vai abranger este ano menos escolas do que estava previsto. Mas o caminho está traçado e no próximo ano agrupar-se-ão as restantes. É preciso reverter este processo, recusando uma reestruturação da rede que não tem qualquer racionalidade pedagógica e levará ao aumento da burocracia e ao reforço do centralismo. É uma luta que vale a pena travar - pela escola pública, pela sua vida democrática e pela qualidade da educação e do ensino que ela deve assegurar. ●



MANUELA MENDONÇA (Membro do SN da FENPROF)

## Nem um ano lectivo completo passou...

**N**em um ano lectivo completo passado, a esperança nascida dos resultados das últimas eleições para o parlamento esboroa-se, momento a momento. É como se algo consistente, cuja textura sentíamos em nossas mãos apertadas, se fosse desagregando e fugindo por entre os dedos.

A crispção no olhar e os lábios cerrados de ódio da outra ministra (que agora também escreve livros para se vangloriar da ignomínia) deram lugar ao sorriso e a palavras certas de outra. Porém, nem um ano lectivo completo passou e que mudança?

Neste país, neste último ano lectivo incompleto, a decisão foi milimetricamente tomada. Cedendo ao clima de contestação e à pressão para que se olhasse para os professores com o respeito que lhes é devido e para que se abandonasse a arrogância e o ataque sistematizado, o governo (e a sua ministra do sorriso rasgado que esconde uma enorme fragilidade política e titubeância prática) deixou que, numa primeira impressão, se desenhasse uma profissão mais próxima das aspirações erguidas em unísono nas ruas deste Portugal e em todas as escolas.

Porém, em apenas um ano lectivo, mesmo que incompleto, este governo e esta ministra prosseguiram o ataque. Decidiram fechar escolas a régua e esquadro, extinguiram agrupamentos, fundiram unidades orgânicas em mega-estruturas XXL, descobriram o insucesso (escolar!) das escolas de pequena e média dimensão para justificar o "fim do mundo" para comunidades que teimam em viver nas terras que eram dos seus pais e avós, pararam o in-

vestimento, decidiram agravar as condições de trabalho, aumentaram horários de trabalho, prepararam o despedimento de milhares de trabalhadores docentes e não docentes, centralizaram cada vez mais a administração educativa e inviabilizaram qualquer abordagem pedagógica da gestão de uma escola ou de um agrupamento, teimaram em soluções fracassadas de ocupação de tempos livres de crianças que merecem muito mais do que a hipercolarização das suas vidas, comprometeram a formação de professores e apagaram qualquer réstia de esperança.

José Sócrates e Isabel Alçada erraram ao pensar que era uma simples motivação corporativa que dava corpo ao movimento docente, julgando poder prosseguir com o seu projecto para a educação, tratando-a, apenas, como uma medida financeira.

**Estes ministros não pensam Escola. Pensam Caixa Escolar.**

E agora é preciso voltar a pegar com as nossas mãos nesta massa disforme que nos entregaram para fazer Educação e dar-lhe consistência e coerência, em cada acto colectivo, em cada protesto, fazendo-o crescer em nome de uma escola pública justa, para todos, tratada como um direito e não como um fardo pesado de mais para ser carregado. ●

LUÍS LOBO | [luis.lobo@sprc.pt](mailto:luis.lobo@sprc.pt)



### O Polvo



Henrique Monteiro



No passado dia 8 de Julho, em numerosas cidades do país decorreram plenários sindicais de professores e educadores, no âmbito do Dia Nacional de Protesto e Luta, convocado pela CGTP-IN. Foram exigidas medidas que respeitem as escolas e valorizem a profissão docente.

## 8 de Julho, Dia Nacional de Protesto e Luta Professores exigem "outra política para a Educação e o País"

**N**a moção aprovada nesses plenários, é exigida outra política para a educação e para o país, solidária e socialmente justa, que respeite a escola pública e promova a dignificação e valorização dos docentes.

Com a justificação da crise e a alegada inevitabilidade de sucessivos PEC, o Governo, apoiado à direita, tem vindo a impor a redução dos salários dos trabalhadores, o aumento de preços por via dos impostos, condicionamentos diversos às progressões nas carreiras e à admissão nos quadros da Administração Pública, redução de prestações sociais fundamentais, entre outras medidas anti-sociais e anti-laborais, destaca o documento.

Noutra passagem, a moção entretanto enviada à AR, PM e ME alerta para as sucessivas quebras de investimento na Educação, tentativas de transferir para as escolas ou os municípios competências que deverão ser assumidas pelo poder central, redução de pessoal auxiliar e administrativo nas escolas, bem como um significativo aumento da precariedade na profissão docente que se reflecte negativamente na estabilidade das escolas.

A Escola Pública, lê-se mais adiante, tem sentido grandes dificuldades para promover a inclusão e resolver problemas como os de insucesso e abandono escolares, que continuam a atingi-la fortemente, sabendo-se que a resolução de tais problemas seria essencial para que respondesse positivamente ao exigente desafio do alargamento da escolaridade obrigatória.

Desse conjunto de medidas especificamente orientadas para a Educação, na sua maioria aprovadas e iniciadas pela anterior

equipa ministerial e prosseguidas pela actual, fazem parte o actual regime de gestão das escolas, o encerramento de escolas por critérios administrativos, a constituição de mega-agrupamentos de escolas, a manutenção da CIF como critério de "avaliação" de alunos com necessidades educativas especiais, entre outras.

No que respeita às condições de exercício profissional, constituem sérios constrangimentos ao desempenho docente, os elevados níveis de precariedade que atingem dezenas de milhar de professores, os actuais horários de trabalho e as regras para a sua elaboração, a falta de medidas que efectivamente previnam as situações de indisciplina e violência que tendem a aumentar, o regime de avaliação de desempenho, a aplicação de regras gerais de aposentação que não respeitam a especificidade do exercício profissional docente, entre muitos outros aspectos.

• Protestam pelo facto de serem os mesmos de sempre – os trabalhadores – a pagarem crises que não provocaram e exigem que os problemas financeiros e económicos do país sejam resolvidos com a redução dos ganhos e dos benefícios de quantos continuam a acumular lucros e rendimentos, em muitos casos verdadeiramente escandalosos;

• Exigem que o ME, respeitando o compromisso assumido, promova um concurso nacional, em 2011, para mobilidade e ingresso dos docentes nos quadros das escolas e agrupamentos;

• Consideram fundamental a adequação dos horários de trabalho às exigências da actividade docente;

• Entendem como muito importante a alteração profunda do modelo de avaliação

de desempenho, já no final do próximo ano lectivo, sendo assim respeitado o que se encontra previsto;

• Defendem a correcção de outros aspectos relacionados com carreira ou concursos, de onde relevam a contagem integral do tempo de serviço para reposicionamento e progressão e o fim dos efeitos da avaliação nos concursos;

• Exigem a suspensão do pseudo-processo de reordenamento da rede escolar que mais não é do que um pretexto para encerrar escolas mesmo quando são necessárias e para dar origem a mega-unidades de gestão à margem dos interesses pedagógicos e da opinião das comunidades educativas, visando a criação de condições para eliminar postos de trabalho;

• Pretendem que, independentemente de uma alteração profunda do modelo de gestão – que defendem –, de imediato sejam introduzidas alterações que confiram coerência pedagógica à organização das escolas e ao funcionamento das suas estruturas intermédias e permitam alargar a participação democrática dos professores na vida das escolas;

• Defendem a abertura de um amplo debate na sociedade portuguesa, com vista a uma ampla e efectiva reorganização curricular que abranja todos os graus e níveis de ensino, tendo em vista o próprio alargamento da escolaridade obrigatória.

Em muitas destas cidades, os plenários saíram à rua, juntando-se às iniciativas promovidas no âmbito das Uniões de Sindicatos/CGTP-IN. ●

➤ **INFO** [www.fenprof.pt](http://www.fenprof.pt) | [www.cgtp.pt](http://www.cgtp.pt)

# DOSSIER PRECARIEDADE

## Contra a precariedade na profissão e na vida!

**Para a FENPROF é urgente intervir no combate à precariedade! Esta preocupação ficou assinalada na Resolução aprovada no 10.º Congresso, defendendo a existência de mecanismos de vinculação dinâmica de docentes contratados.**

**O 10.º Congresso exigiu:**

que, já a partir do próximo concurso, o ME assumira uma postura de seriedade em relação à abertura de vagas, fazendo coincidir estas com as necessidades reais, ao contrário do que tem sucedido; regras, de aplicação dinâmica para a vinculação dos professores contratados, de forma a garantir-lhes horizontes de segurança no emprego, que acompanhem o que está constitucionalmente consagrado e o que a lei determina para a generalidade dos trabalhadores;

• concursos nacionais, anuais, respeitados a graduação profissional, rejeitando o cruzamento desta com a avaliação do desempenho; assim, rejeita processos de recrutamento local que, para além dos arbitrios que propiciam, se têm revelado sempre mais negativas e prejudiciais para os professores e para as escolas do que o concurso nacional e transparente; que aos docentes contratados licenciados e profissionalizados seja aplicado o índice 167 de vencimento e que sejam revalorizados os índices dos docentes contratados bacharéis e/ou não profissionalizados; que os docentes das AEC não sejam sujeitos a "recibos verdes", defendendo a FENPROF que o recrutamento seja feito por concurso, no quadro do preenchimento de vagas em cada agrupamento de escolas; que aos docentes contratados seja conferido o direito à ADSE; a consagração, para todos os docentes, de incentivos à fixação em escolas e/ou zonas isoladas ou desfavorecidas;

um novo diploma legal de concursos, já para 2011, que consagre os princípios antes referidos, pondo fim, também, aos impedimentos a que estão sujeitos os docentes de habilitação própria, designadamente a candidatura a concurso nacional e o acesso à profissionalização; o fim definitivo da "prova de ingresso"

**O 10.º Congresso aprovou as seguintes acções e iniciativas:**

Promoção de uma Campanha Nacional pela Dignificação e Valorização da Profissão Docente, sob o lema "Os Professores e Educadores continuam a dar rosto ao futuro", que compreenda:

i) acções que visem a eliminação da avaliação de desempenho como factor de gradação profissional, nomeadamente:

- ao nível institucional (Ministério da Educação, grupos parlamentares e Presidência da República);
- ao nível jurídico e de contencioso (acções nos tribunais, queixa na Procuradoria-Geral da República; apoio jurídico aos professores sindicalizados);
- no plano negocial: apresentação de uma proposta de revisão do regime de concursos para ingresso nos quadros, mobilidade e contratação;
- no plano da acção e da luta: realização de iniciativas nacionais, das quais foram já concretizadas uma em frente à residência oficial do Primeiro-Ministro, no dia 3 de Maio; outra, em 29 de Maio, junto ao Ministério da Educação, inte-

grando, a partir daí a mega-manifestação convocada pela CGTP-IN. A FENPROF considera necessário o recurso a outras acções específicas, em que, a esta exigência, se juntem mais três que são prioritárias: vinculação dinâmica, horários de trabalho adequados e gestão democrática das escolas.

ii) uma grande acção nacional, com expressão pública, com uma forte adesão dos professores contratados, com destaque para a abertura de vagas no próximo concurso e para a instituição de regras de vinculação para os professores contratados;

iii) a promoção de um abaixo-assinado que dê expressão pública às exigências dos professores quanto à abertura de vagas no concurso que se realizará em 2011 e ao ingresso nos quadros de todos os docentes que tenham 3 ou mais anos de serviço;

iv) exigir que o Governo dê conhecimento às organizações sindicais de quais os motivos para a celebração de contratos a termo, à semelhança do que é exigido aos empregadores privados;

v) equacionar o recurso aos mecanismos previstos no direito europeu, designadamente ao Tribunal de Justiça da União Europeia;

vi) denúncia e luta em defesa de horários de trabalho matéria do maior interesse para os professores contratados, com posições de escola e intervenção jurídica, face a abusos/ilegalidades que continuam a acontecer. ●

**Agora é preciso que os docentes contratados e desempregados se consciencializem da importância da sua participação e intervenção nas acções que venham a ser convocadas!**

# Contratados têm a palavra

## DEFENDEMOS

A realização de concurso nacional para ingresso em quadro, em 2011, com regras claras e transparentes, com nomeadamente com a separação entre o cálculo da graduação profissional e as classificações da avaliação de desempenho e a adopção do regime de colocações cíclicas.

Docentes contratados actualmente em serviço em diferentes zonas do país, deixam nas colunas do JF, na primeira pessoa, expressivos depoimentos sobre os reflexos da instabilidade laboral na vida pessoal e profissional. Estes professores abordam ainda a questão remuneratória e as prioridades da acção reivindicativa.

A vida dos professores contratados é difícil, afectando a sua situação profissional e familiar; é fundamental a realização do concurso de professores para os quadros em 2011, com abertura efectiva de vagas ajustadas às reais necessidades; a FENPROF deve continuar a mobilizar estes profissionais e a desenvolver a luta contra as injustiças que marcam o dia-a-dia destes educadores e professores, muitos deles com longos anos de serviço prestado. Esta é a síntese possível dos expressivos depoimentos que o JF recolheu junto de quatro docentes contratados - quatro histórias de vida, quatro exemplos de empenhamento na profissão.



## Saltar de ilha em ilha...

*É a instabilidade na sua melhor face, que não me deixa comprar casa, casar, pedir um empréstimo...*

**Fernando Marta, Açores**

Fernando Marta (2º Ciclo, Açores) realça a situação dos contratados: "O facto de ser contratado e de, por isso, andar sempre com a casa às costas, conhece uma outra dimensão quando falamos numa região (os Açores), com 9 ilhas, separadas por muitos quilómetros". E comenta mais adiante: "E se já é tenebroso ficar colocado um ano em Braga, e o seguinte em Faro, com todas as implicações em termos de organização pessoal e profissional daí decorrentes, o que dizer de, ano após ano, e contando com horários completos, isto é, vendo as coisas pela "positiva", andar a saltitar de ilha em ilha, isto a multiplicar por 9?". "São os preços do transporte aéreo, que é bem mais caro do que o bilhete do comboio inter-cidades ou autocarro, são os preços das rendas das casas sempre

inflacionados pela pouca oferta, acompanhados pelos preços dos produtos essenciais mais caros do que no continente. Depois, ao saber de mais uma colocação, ainda tenho de arranjar forma de enviar todos os pertences (materiais, pessoais, etc) para a ilha onde vou ficar mais um ano. E não dá para carregar o carro até mais não: a única solução é mesmo pagar para um barco lá ir levar tudo. Não há outra forma!". "É a instabilidade na sua melhor face, que não me deixa comprar casa, casar, ou pedir um empréstimo, apesar de, no último ano, terem sido mais de 1000 os professores contratados nos Açores, muitos dos quais (a contar comigo) faziam, e fazer, falta ao sistema educativo regional. E ainda por cima - não eram suficientes os castigos - ainda tenho de ser avaliado todos os anos", conclui. ●



## Filho de um Deus menor

*No momento em que as escolas fazem a distribuição do serviço para o ano seguinte é uma angústia...*

**Sílvia Pereira, Ferreira do Zêzere**

Já Sílvia Pereira (2º Ciclo, Ferreira do Zêzere) sublinha que "o docente contratado, tendo em conta que se sente "filho de um Deus menor" neste sistema de ensino, há muito que se sente desacreditado". E acrescenta: " Não faz parte do sistema, não faz parte dos quadros do Ministério da Educação, logo, não se sente integrado numa classe. O seu principal desejo é a estabilidade profissional seguindo-se a sua estabilidade financeira. Ainda para mais, o número de docentes contratados numa escola é sempre menor, assim, o seu ponto de

vista e angústia não é partilhado por todos os colegas. Aliás, a maioria dos colegas dos quadros não conhece a realidade dos colegas contratados: não sabem sequer que os seus direitos não são os mesmos. Julgo imprescindível que a acção sindical nas escolas seja reforçada nestes docentes. Todo o dirigente sindical deve ter conhecimento da legislação referente aos docentes contratados. Todos os dirigentes sindicais que realizam reuniões nas escolas devem fazer uma abordagem às acções levadas a cabo para a resolução dos seus proble-

mas assim como dar a conhecer a toda a classe a situação que estes docentes vivem", sublinha Sílvia Pereira. "Quando se realizam reuniões específicas nas escolas para os docentes

contratados, eles participam. Não participam em acções que exijam deslocações ou faltas ao serviço.". Para esta docente a descentralização da luta é uma estratégia a adoptar, lembrando

que "a realização da acção de Natal (o envio de postais natalícios à ministra da educação) teve o seu sucesso pelo motivo exposto". ●



## Pronta para a luta

*...lembro-me dos meus alunos, da sala de aula, do prazer que sinto em ensinar e continuo esta luta.*

**Sandra Nogueira, Covilhã**

Por seu lado, Sandra Nogueira, da Escola Secundária da Quinta das Palmeiras (Covilhã), lembra: "todos os anos tenho de concorrer, completamente às escuras, sem saber se haverá horários, onde, de quantas horas, surgindo sempre a angústia de não saber o que fazer. Depois chega Setembro e com ele outra angústia: ficarei colocada? Onde? Quando? Terei de alugar casa? Será que poderei ficar perto da minha família e fazer viagens diárias? De que distância? Aguentarei até ao final do ano?".

Para esta docente o desgaste e o cansaço acumula-se, a família queixa-se da ausência. Sandra Nogueira não deixa de fora os problemas financeiros, pois "Portugal é dos países da Europa em que os professores em início de carreira pior recebem". Situação, diz, agravada com salários cortados porque "muitas das vezes o horário é incompleto". E conclui: "Quando penso na minha vida profissional fico abatida e por vezes até penso em deixar tudo e tentar algo diferente, mas depois lembro-me dos

meus alunos, da sala de aula, do prazer que sinto em ensinar, e por isso continuo nesta luta, acreditando que um dia tudo irá melhorar". E deixa uma interrogação: "O que dizer dos professores que durante anos deram horas da sua vida ao ensino e agora não podem concorrer por não serem profissionalizados?", terminando com o apelo "Estou pronta para a luta, espero que os meus colegas, em especial os contratados como ele, percam o medo e venham à luta também". ●



## Instabilidade laboral

*Assistimos a publicações sucessivas de legislação que tornam os contratos cada vez mais precários...*

**Paulo Moreira, Carraceda de Ansiães**

Finalmente, Paulo Silva Moreira, do Agrupamento de Escolas de Carraceda de Ansiães, observa que "nos últimos anos o Ministério da Educação tem feito um esforço no sentido de passar para a opinião pública um resultado positivo das suas preocupações com estabilidade do corpo docente das escolas. Para conseguir os seus intuitos, o ME tem alegado que os professores são agora colocados por um período de quatro anos lectivos, além de que, anunciou em 2009 a abertura de 20 000 vagas para os quadros. A realidade porém não se aproxima minimamente

do apregoado, nem sei com que criatividade anunciaram esse número, pois foram menos de 400 as novas entradas nos últimos 4 anos e mais 14 000 as saídas". E acrescenta: "Recordo ainda que as renovações para os contratados estão sujeitas a normas muito apertadas, ao sabor dos critérios de cada escola". "Verificamos uma redução drástica dos professores do quadro de escola e um aumento significativo dos contratados. Assistimos ainda, nos últimos anos, a publicações sucessivas de legislação que tornam os contratos dos professores cada vez mais precários, com mais

obrigações e menos direitos. As consequências da persistência neste tipo de políticas de gestão de recursos humanos têm sido desastrosas para a vida profissional e particular dos professores, quer pelo adiamento constante do seu planeamento familiar, quer pelas dificuldades na preparação plurianual das actividades lectiva e não lectiva, bem como a estruturação do planeamento das aprendizagens dos alunos a longo prazo, com consequências negativas não só para o professores mas também para a vida da própria escola", refere ainda Paulo Moreira. ●

## Inscrição no Regime de Protecção Social v/s CGA/ADSE

### Quem se mantém na CGA/ADSE?

Todos os contratados que:

- Em, pelo menos, 31 de Dezembro de 2005, tivessem firmado contrato com o ME;
- Mantiveram contrato ininterrupto, i.e., que comece a 1 de Setembro e termine a 31 de Agosto, volte a firmar contrato a 1 de Setembro, a terminar, novamente, a 31 de Agosto, e por aí adiante (contrato anual).

### Quem é inscrito na Segurança Social?

Todos os que:

- Firmaram contratos a partir de 1 de Janeiro de 2006;
- Estando na situação da alínea a) do ponto anterior, não obedecem aos requisitos indicados na alínea b) do mesmo ponto.

### Nota:

Há situações de colegas que, indevidamente, foram transferidos para a SS, mas que não reagiram. Aceites as inscrições pela SS, a CGA, mais tarde, já não os aceitou.

## Acerca dos contratos

### Modalidades de contrato

O contrato reveste as modalidades de contrato por tempo indeterminado e de contrato resolutivo, certo ou incerto.

### Duração

O contrato a termo certo dura pelo período acordado...  
O contrato a termo incerto dura por todo o tempo necessário para a substituição do trabalhador ausente ou para a conclusão da tarefa ou serviço cuja execução justifica a celebração.

### Caducidade

O contrato (a termo certo) caduca no termo do prazo estipulado desde que a entidade empregadora pública (ou o trabalhador) não comuniquem, por escrito, 30 dias antes de o prazo expirar, a vontade de o renovar.  
O contrato (a termo incerto) caduca quando, prevenindo-se a ocorrência do termo incerto, a entidade empregadora pública comunique ao trabalhador a cessação do mesmo, com a antecedência mínima de 7 ou 30 dias, conforme o contrato tenha durado, respectivamente, até seis meses ou mais de seis meses (1).  
(Parece, pois, claro que um contrato a termo incerto justificado pela necessidade de substituição de docente ausente dura até à apresentação do mesmo ou, em última instância, até ao dia 31 de Agosto).

### Compensação

A caducidade de contrato (a termo certo ou incerto) ... confere ao trabalhador o direito a uma compensação correspondente a três dias ou dois dias de remuneração base por cada mês de duração do vínculo, consoante o contrato tenha durado por um período que, respectivamente, não seja exceda ou seja superior a seis meses.

Para efeitos da compensação, a duração do contrato que corresponda a fracção do mês é calculada proporcionalmente.

(1) - A falta da comunicação implica para a entidade empregadora pública o pagamento da remuneração correspondente ao período de aviso prévio em falta

### Férias (aspecto a ter em atenção)

Cessando o contrato, o trabalhador tem direito a receber a remuneração correspondente a um período de férias proporcional ao tempo de serviço prestado até à data da cessação, bem como ao respectivo subsídio.

Se o contrato cessar antes de gozado o período de férias vencido no início do ano da cessação, o trabalhador tem ainda direito a receber a remuneração e o subsídio correspondentes a esse período, o qual é sempre considerado para efeitos de antiguidade. ●

### DEFENDEMOS

A satisfação das necessidades permanentes das escolas por docentes que sejam integrados nos quadros.

## Importante iniciativa de acção de massas

### ASSINA A PETIÇÃO CONTRA A PRECARIEDADE

A luta contra a precariedade é uma luta que diz respeito a todos: aos que dela são vítimas directas e aos outros que vêm as suas condições de vida, de exercício profissional e de estabilidade no emprego ameaçadas

pela generalização dos paradigmas neoliberais de relações de trabalho. Não devemos perder qualquer oportunidade para lutar contra a precariedade, pelo direito à estabilidade de emprego. Subscrever esta importante PETIÇÃO promovida pela CGTP-IN é mais um contributo para esta luta.

*Assina, promove a subscrição e passa palavra!*

[www.fenprof.pt](http://www.fenprof.pt) / [www.cgtp.pt](http://www.cgtp.pt)

## A propósito do Dia Mundial da Criança...

# Um marco histórico

Cinco anos após o fim da II Guerra Mundial, em 1950, e perante a gravíssima situação em que se encontravam muitas crianças, em consequência da Guerra, a Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM)<sup>1</sup> reclamou junto das Nações Unidas a criação de um dia dedicado às crianças de todo o mundo, como forma de sensibilizar, estimular a solidariedade humana e reclamar dos Estados medidas para a resolução dos seus problemas.

**A** ONU aceitou a proposta e, nesse mesmo ano, tomou a resolução de criar, o Dia Mundial da Criança, a ser comemorado todos os anos, a 1 de Junho.

No mesmo sentido, é proclamada, a 20 de Novembro de 1959, a Declaração Universal dos Direitos da Criança, cujos princípios fundamentais são a salvaguarda dos direitos: à igualdade, a especial protecção, a um nome e a uma nacionalidade, à alimentação, a moradia e assistência médica, à educação gratuita e ao lazer, ao amor e à compreensão, a ser socorrido em primeiro lugar, em caso de catástrofes, a ser protegido contra o abandono e a exploração no trabalho, a crescer dentro de um espírito de solidariedade, compreensão, amizade e justiça entre os povos.

1979 é assinalado como o Ano Internacional da Criança e a 20 de Novembro de 1989, é aprovada por unanimidade a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), pela Assembleia Geral da ONU.

Este documento não é apenas uma declaração de princípios gerais. Quando ratificada, a Convenção representa um vínculo jurídico para os Estados que a ela aderem, devendo adequar as normas de direito interno às da CDC, para a promoção e protecção eficaz dos direitos e liberdades nela consagrados.

É um importante instrumento legal, devido ao seu carácter universal e ao facto de ter sido ratificado pela quase totalidade dos Estados do Mundo (192). Apenas dois países, os Estados Unidos da América e a Somália, ainda não ratificaram a Convenção. Portugal ratificou-a, a 21 de Setembro de 1990.

A não discriminação, a salvaguarda do interesse superior da





A Organização Internacional do Trabalho (OIT) chama a atenção para o flagelo do trabalho infantil e para as discriminações, em função do género.

criança, a sua sobrevivência e desenvolvimento e a consideração da sua opinião, em todos os assuntos que se relacionem com os seus direitos são os quatro pilares fundamentais em que assenta a CDC.

UNICEF<sup>2</sup> – Portugal – [www.unicef.pt](http://www.unicef.pt) (adaptado)

Apesar deste conjunto de iniciativas, procurando comprometer todos os países do mundo, as crianças continuaram a ser as principais vítimas dos grandes desequilíbrios da humanidade, como a guerra e as grandes desigualdades na distribuição da riqueza.

#### CRIANÇAS EM CENÁRIO DE GUERRA

As crianças são as mais afectadas pelo bloqueio a Gaza

A UNICEF pediu o levantamento imediato do bloqueio que Israel mantém desde 2006 contra Gaza. De acordo com a portavoz da UNICEF, Christiane Berthiaume, as crianças são mais de metade da população que está retida na região palestiniana e quem mais sofre as consequências do isolamento. Berthiaume denunciou a situação dos 800 mil menores que vivem em Gaza, que piora a cada dia.

Denunciou também que, no ano passado, pelo menos nove crianças morreram por não terem acesso a tratamentos hospitalares adequados e por não serem autorizadas a sair do território bloqueado. A percentagem de crianças desnutridas em Gaza duplicou em 2009, segundo dados recentes, citados pela UNICEF.

Jornal do Brasil, <http://clippingmp.planejamento.gov.br>, 05/06/201 (adaptado)

“As crianças continuam a ser as principais vítimas dos grandes desequilíbrios da humanidade, como a guerra e as grandes desigualdades na distribuição da riqueza.”

A globalização da pobreza é uma realidade indelével, em todo o mundo, incluindo nos países ditos desenvolvidos, que afecta especialmente as crianças.

Uma em cada quatro crianças portuguesas vive em condições de pobreza. A incidência de pobreza infantil no nosso país é de 23%. A subida de dois pontos percentuais, num ano, representa mais 43 mil crianças pobres.

A.23ONLINE<sup>3</sup>

A Organização Internacional do Trabalho (OIT)<sup>4</sup> chama a atenção para o flagelo do trabalho infantil e para as discriminações, em função do género.

Metade das crianças do mundo são meninas. São mais vulneráveis do que os meninos. Apesar do crescente reconhecimento internacional de que a educação das meninas é uma das mais poderosas ferramentas para o progresso, elas são vítimas de discriminação quando se trata da educação<sup>5</sup>.

Estudos empíricos dum grupo de países mostram que educar as meninas é uma das mais efectivas formas de combater a pobreza. A sua educação é uma garantia de melhores rendimentos quando adultas, de se casarem mais tarde, de terem menos filhos e mais saudáveis, e maior poder de decisão em casa. E sobretudo, elas asseguram que as suas próprias crianças vão à escola evitando, assim, no futuro o trabalho infantil. Hoje, mais de dois



Crianças de Gaza, vítimas da guerra

terços dos 860 milhões de analfabetos no mundo são mulheres. Em comunidades pobres pressupõe-se que todas as meninas contribuam para o rendimento familiar. Se as meninas frequentarem a escola, o precioso tempo para estudar é escasso. Elas também podem ser incitadas a trabalhar como empregadas domésticas ou para outras formas de trabalho, mesmo o tráfico de seres humanos e a prostituição<sup>6</sup>.

Campanha de sensibilização sobre a igualdade de género no coração do trabalho digno, da OIT, 8 de Março de 2010 (adaptado)

#### EM PORTUGAL, A COEDUCAÇÃO É UMA PRÁTICA DA DEMOCRACIA



Vivemos, durante 48 anos (de 1928 a 1974) sob o domínio de um regime fascista, cujo quadro ideológico-político, sustentava e aprofundava as desigualdades em geral e a discriminação das mulheres em

particular, desde a infância.

A ideologia dominante determinava os âmbitos de actuação e as responsabilidades dos homens e das mulheres. Enquanto a actuação das mulheres recaía na privacidade da vida doméstica, aos homens cabia agir na esfera do público, procurando aí o sustento para a família e, simultaneamente, a sua representação.

A escola era promotora de exclusão em função da classe social e em função do género. O ensino superior, salvo raras

excepções, destinava-se à formação dos filhos das classes sociais dominantes. Ou seja, a escola era, independentemente do nível de ensino, *mais uma agência de formação de consciências do que de transmissão de conhecimentos*<sup>7</sup>.

A Constituição da República Portuguesa de 1933 circunscrevia a obrigatoriedade escolar ao ensino primário elementar com a duração de três anos, o que representava, do ponto de vista legislativo, um enorme retrocesso<sup>8</sup>.

Apesar de, nos últimos anos da década de 60 e primeiros da década de 70, ter aumentado substancialmente a escolarização, sobretudo ao nível do ensino básico<sup>9</sup>, só após o 25 de Abril de 1974, podemos verificar grandes progressos, quanto à alfabetização da população portuguesa, aos currículos e à prática da coeducação (rapazes e raparigas passaram a frequentar as mesmas escolas, com idênticos currículos).

Depois da Revolução de Abril, a prática de uma Educação não sexista na Escola Portuguesa, iniciou timidamente o seu caminho.

#### DE PEQUENINO SE DISTORCE O DESTINO...<sup>10</sup>

Em 1979, 5 anos depois do 25 de Abril, a Comissão da Condição Feminina<sup>11</sup> lançou o projecto “Mudar Atitudes”, por uma educação não sexista, cujo objectivo era intervir para que a escola deixasse de ser reprodutora das desigualdades de género e passasse a constituir um motor fundamental para a alteração de mentalidades.

Aquele Projecto começou com uma experiência pedagógica piloto em quatro escolas da área da Grande Lisboa, numa primeira fase, e numa segunda fase, com

15 escolas do Magistério Primário<sup>12</sup>, ao nível de todo o país.

A propósito de um estudo realizado pela CCF, a partir das perguntas, “o que quero ser quando for grande” e “o que gostaria de ser se fosse do outro sexo”, Isabel Romão, técnica da CCF, em entrevista à Revista Mulheres, revelava:

“As raparigas cingiam a sua escolha a um leque de 12 profissões: empregadas de escritório, enfermeiras, professoras, médicas. O leque profissional dos rapazes alargava-se a 28 profissões: profissões de prestígio, que são melhor remuneradas, de alto estatuto, e que implicam um afastamento de casa. Um rapaz, quando diz que quer ser professor, especifica que quer ser professor do ensino secundário e, se fosse rapariga, professora do ensino primário. Um outro que queria ser cosmologista, se fosse rapariga, seria hospedeira. E ainda um outro que queria ser soldado, se fosse rapariga, seria médica para cuidar dos feridos.”

E acrescentava: “por incrível que pareça os manuais de pedagogia existentes para a formação de professores não falam de discriminação. (...) Desde logo podemos dizer que a maioria dos textos seleccionados para os manuais são de homens, reflectindo, portanto, uma visão do mundo masculino. Depois os homens aparecem sempre, nos manuais, ligados ao mundo das actividades económicas exteriores à casa, enquanto as mulheres são invisíveis nesse mundo, aparecendo ligadas à casa”.

Constatando, que a invisibilidade das mulheres nos manuais de História é total, a técnica da CCF referia-se também à própria linguagem utilizada, onde o sexismo é evidente, como as profissões serem sempre designadas no masculino, ou utilizar-se o termo “homem” para designar a humanidade (...).

E Isabel Romão concluía:

“É preciso fazer qualquer coisa para que o ensino mude, para que a sociedade não perca a participação das mulheres e os homens possam ser mais autênticos.”

Revista Mulheres, Dezembro de 1985 (adaptado)





#### O MASCULINO UNIVERSAL É UM FALSO NEUTRO Exercícios de re-escrita

Ler criticamente é, como sugerimos, exactamente isso: reescrever.

Nesse sentido, um dos processos mais utilizados e mais eficazes para desnaturalizar a linguagem que habitualmente usamos e que os textos usam consiste na sua re-escrita. Damos, a seguir, alguns exemplos de exercícios de re-escrita:

a) Dale Spender refere um exercício de “gramática” muito simples que costumava dar a turmas de adolescentes e que consistia, num primeiro momento, em retirar dos textos a referência às mulheres e às meninas. Esta parte do exercício era normalmente feita rapidamente e sem dificuldade. Num segundo momento, era pedido à turma que apagasse a referência aos homens e aos meninos. Registe-se que esta tarefa, ao contrário da anterior, era geralmente recebida pelos rapazes, ofendidos porque tornados “invisíveis” no texto, com enorme resistência ou mesmo hostilidade (o exercício era ‘estúpido’ e ‘injusto’).

b) Su Reid (1989:115) propõe, na mesma linha, o exercício de substituição do ‘masculino universal’ de um texto canó-

**“ Do 8º Congresso da FENPROF saíram propostas objectivas para que “a Escola se possa transformar num espaço de aprendizagens que valorize a pessoa humana, independentemente do género – um espaço de práticas de cidadania, em que a inclusão e a paridade se apresentem como valores fundamentais.”**

nico (que pode ser de arte poética – ou, já agora, de filosofia, história, geografia humana, pedagogia, etc.) pelo feminino, como forma de descobrir que, efectivamente, o masculino universal é um falso neutro, que não inclui as mulheres. Com efeito a substituição altera drasticamente o sentido do texto, já que os valores e as expectativas que associamos aos termos femininos são radicalmente diferentes: um primeiro efeito das substituições é o de perda da autoridade (*a mensagem ‘universal’ passa a algo menor e mais restrito*).

c) Reid sugere ainda que, depois da análise de representações de mulheres em textos literários (ou na publicidade, na história, etc.), que as banalizem, minimizem ou negligenciem, se faça a reescrita da estória dando visibilidade e voz a essas personagens, através do preenchimento de lacunas, em termos históricos, simbólicos ou culturais, incluindo o que o autor/narrador ‘omitiu’.

d) Os exercícios anteriores implicam uma mudança explícita do ponto de vista dos textos. Os exercícios de reescrita cujo objectivo principal é a mudança da voz e do ponto de vista narrativos (recontar uma história tradicional, um anúncio televisivo, uma notícia do jornal, um episódio histórico do ponto de vista de uma per-

sonagem secundária, vilã ou anti-heróica) subvertem inevitavelmente a ideologia dominante no texto de que se partiu e permitem às alunas e alunos reavaliar a sua própria posição enquanto leitoras e leitores produtores de sentido.

*Linguagem, Poder, Educação: o sexo dos B,A,BAs, prefácio de José Manuel Mota, colecção Cadernos Coeducação, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres e Comissão Europeia (adaptado)*

#### TAMBÉM NA FAMÍLIA HÁ QUE REESCREVER OS PAPÉIS E EDUCAR PARA A IGUALDADE

**“Sorte maldita, ter uma mãe auto-confiante!”**

**Domingo, 8 de Março**  
*Primeiro da Quaresma*

A minha mãe foi para uns cursos para mulheres para treino de autoconfiança. Os homens não podem entrar. Perguntei ao meu pai o que é “treino de autoconfiança”. Ele disse “Só Deus sabe, mas o que quer que seja para mim são más notícias”.

O nosso jantar de domingo foi bacalhau com molho de manteiga congelado, com pêssegos de lata e chantilly de pacote para sobremesa. O meu pai abriu uma garrafa de vinho branco e deixou-me beber um bocado. Não percebo muito de vinhos, mas pareceu-me uma colheita bastante boa. Vimos um filme na televisão, depois a minha mãe apareceu e começou a dar ordens. Disse: “O verme voltou” e “as coisas vão começar a ser diferentes por aqui”, e coisas assim. Depois foi para a cozinha e começou a fazer uma tabela para dividir os trabalhos caseiros por três. Eu fiz-lhe notar que já tinha uma ronda de jornais para fazer, um velho reformado por quem olhar e um cão para alimentar e ainda os trabalhos de casa, mas ela nem me ouviu, pôs a tabela na parede da cozinha e disse: “Começamos amanhã”.

**Segunda-feira, 9 de Março**  
*Dia da Comunidade Britânica*

Limpei a casa de banho, lavei o bidé e tomei banho antes de fazer a ronda dos jornais. Vim para casa, fiz o pequeno-almoço, pus a roupa na máquina, fui para a escola. Dei o dinheiro da chantagem ao Barry Kent, fui a casa do Bert Baxter, esperei pela assistente social que não veio, almocei na escola. Tive Trabalhos Domésticos, fiz tarte de maçã. Vim para casa. Aspirei o hall de entrada, a sala e a sala de jantar. Descasquei batatas, cortei a couve, cortei o dedo, limpei o sangue da couve. Pus as costeletas no grelhador, fui ver ao livro de receitas uma receita de molho. Esmaguei os grumos com uma espátula. Pus a mesa, servi o jantar, lavei



a loiça. Pus frigideiras queimadas dentro de água para despegar. Tirei roupa da máquina; tudo azul, incluindo a roupa interior branca e os lenços. Pendurei roupa a secar. Dei de comer ao cão. Passei o fato de ginástica a ferro, limpei os sapatos. Fiz os trabalhos de casa, levei o cão a passear, tomei banho. Limpei a banheira. Fiz três chávenas de chá. Lavei as chávenas. Fui para a cama. Sorte maldita, ter uma mãe auto-confiante!

*Sue Townsend, O diário secreto de Adrian Mole aos 13 anos e ¾, Difel*

**A Escola pode e deve dar um contributo importante na construção de uma reflexão crítica sobre as desigualdades em função do género, que acrescentam discriminações a quem já é socialmente discriminado.**

O Governo Português, está a desenvolver o III Plano Nacional para a Igualdade, Cidadania e Género (2007-2010), que definiu objectivos para o triénio, nomeadamente quanto à integração da dimensão de género na formação, na qualificação profissional, na educação formal e não formal.

Não está feito o balanço dos resultados deste III Plano, mas há constatações que decorrem da sensibilidade e experiência profissional de docentes das escolas portuguesas, os(as) que deram fundamento à Moção aprovada, no 8º Congresso da FENPROF<sup>13</sup>, onde se manifestava a opinião de que a educação não sexista continuava arredada do sistema de ensino, por se verificar:

1. A ausência da temática da igualdade de género na organização do sistema educativo, ao nível dos programas, dos materiais pedagógicos, das práticas pe-

dagógicas e da organização escolar;

2. A não concretização da educação sexual, nas nossas escolas, como uma componente essencial das aprendizagens;

3. A ausência na formação inicial e contínua de professores e educadores da temática da igualdade de género.

A criação de estruturas e meios para a eliminação dos estereótipos femininos e masculinos nos materiais pedagógicos e manuais escolares; a generalização da educação sexual a todas as escolas; a integração transversal da perspectiva de igualdade de género nos currículos e programas e na formação inicial e contínua de professores e pessoal não docente, foram algumas das propostas deste 8º Congresso, para “que a Escola se possa transformar num espaço de aprendizagens que valorize a pessoa humana, independentemente do género – um espaço de práticas de cidadania, em que a inclusão e a paridade se apresentem como valores fundamentais<sup>14</sup>.” ●



## Notas

1. FDIM é um espaço internacional formado por movimentos de mulheres de todos os continentes. Foi criado a 1 de Dezembro de 1945, em Paris, num congresso internacional, com a participação de mulheres de 41 países. A FDIM é membro consultivo da ONU e a partir de Outubro de 1980 recebe também o estatuto consultivo no Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

2. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (United Nations Children's Fund - UNICEF) é uma agência das Nações Unidas que tem como objectivo promover a defesa dos direitos das crianças, ajudar a dar resposta às suas necessidades básicas e contribuir para o seu pleno desenvolvimento.

3. <http://www.a23online.com/2009/11/21/uma-em-cada-quatro-criancas-portuguesas-vive-em-condicoes-de-pobreza/>

4. A OIT foi criada pela Conferência de Paz após a Primeira Guerra Mundial. É uma agência multilateral ligada à Organização das Nações Unidas (ONU), especializada nas questões do trabalho. Tem sede em Genebra, na Suíça e representação paritária dos governos dos

182 Estados-Membros, de organizações de empregadores e de trabalhadores.

5. Também em Portugal, segundo os dados do GEPE/ME, relativos ao ensino não superior, o número de alunos matriculados no ensino básico (1º, 2º e 3º Ciclos) é superior superior nos rapazes do que nas raparigas. O mesmo não acontece no Ensino Secundário onde as raparigas representam 52% dos alunos matriculados, dado este também significativo, por ser um indicador do maior sucesso escolar das raparigas ao nível do ensino básico - Fonte: PORDATA

6. Duma estimativa de 8,4 milhões de meninas e meninos nas piores formas de trabalho infantil em 2002, pensa-se que 1,2 milhões de crianças foram traficadas. As crianças são traficadas em situações de trabalho forçado e de escravatura, peditórios organizados de esmolas, trabalho nas plantações (maioritariamente meninos) e exploração sexual (maioritariamente meninas).

7. MÓNICA, M. F. (1978). Educação e sociedade no Portugal de Salazar. A escola primária salazarista. 1926-1939

8. Na I República, o ensino primário, obrigatório, era de 5 anos, apesar de não cumprido em geral.

9. Reforma Veiga Simão

10. Excertos adaptados de artigo publicado na Revista Mulheres, Dezembro de 1985

11. Organização governamental, que inicia a sua instalação em Janeiro de 1975, foi institucionalizada em Novembro de 1977 pelo Decreto-Lei nº 485/77 de 17 de Novembro, tinha como objectivos "Apoiar todas as formas de consciencialização das mulheres portuguesas e a eliminação das discriminações contra elas praticadas, em ordem à sua inserção no processo de transformação da sociedade portuguesa, de acordo com os princípios consignados na Constituição".

12. Escolas que formavam professores(as) para o ensino primário, hoje 1º Ciclo

13. Montemor-o-Novo, 23 e 24 de Abril de 2010

14. Excertos da moção sobre igualdade de género, aprovada no 8º Congresso da FENPROF

## Propostas de actividades

## Objectivos

1 Compreender o significado dos direitos da criança e os obstáculos à sua concretização;

2 Perceber como "A igualdade de género e o bem-estar das crianças estão estreitamente associados";

3 Desenvolver atitudes e comportamentos não discriminatórios, que promovam a igualdade de direitos e oportunidades entre os sexos.

## Actividade 1

Tema – **A igualdade de género e o bem-estar das crianças estão estreitamente associados**

• Pesquisar a história dos direitos da criança e elaborar uma barra cronológica com os principais acontecimentos, e respectivas datas, que marcaram os últimos 60 anos em prol desses direitos;

• Fazer uma listagem das principais violações aos direitos da criança, no Século XXI;

• Entrevistar homens e mulheres de diferentes grupos sociais, procurando perceber como foi a sua infância, no que respeita:

- às condições de vida da família;
- à educação que tiveram (grau de ensino que possuem, o que se lembram do que estudaram, que diferenças existiam na escola em função do género);
- à relação que mantinham com o pai e a mãe;

• Debater os resultados das pesquisas no ponto de vista da relação entre o bem-estar das crianças e a igualdade de género, registando as conclusões.

## Actividade 2

Tema – **Quem faz o quê? E como?**

• Dividir a turma em três grupos;

• Distribuir a Tabela "Quem faz o quê?", solicitar o seu preenchimento, sob pontos de vista diferentes:

## Grupo 1

• Preenchimento da tabela com base na observação dos papéis desempenhados por homens e mulheres na família.

## Grupo 2

• Preenchimento da tabela com base na observação crítica da televisão (filmes, telenovelas, séries, documentários, anúncios...).

## Grupo 3

• Preenchimento da tabela com base na observação de revistas, jornais ou Internet.

- Cada grupo faz a apresentação das suas conclusões;

- Segue-se um debate partindo das questões seguintes:

• Existem grandes diferenças entre os resultados dos grupos que analisaram as situações em casa, na televisão e nas revistas, jornais ou internet?

• Quais são as características das tarefas



Tabela 1

Quem faz o quê?	Homem	Mulher	Os dois	Não sei
Preparar as refeições				
Compras no supermercado				
Conduzir				
Ter um ar sério				
Comprar perfumes				
Comprar bebidas				
Chorar				
Cuidar da roupa				
Ler jornais				
Ter reuniões				
Praticar desporto				
Pôr a mesa				
Chegar tarde a casa				
Alimentação dos filhos				
Passar a ferro				
Limpar o pó e aspirar				
Ajudar os filhos com o trabalho da escola				
Lavar, limpar e arrumar a loiça				
Limpar a casa de banho				
Viajar em trabalho				
Ir com os filhos ao médico				
Ajudar os avós				

realizadas por homens; por mulheres; por homens e mulheres?

• A que são devidas essas diferenças?

• Quem as decidiu?

• É justa esta distribuição de papéis? Porquê?

• O que é preciso mudar?

(ver Tabela 1)

## Actividade 3

Tema – **Quem faz o quê? Como partilhar a vida em família**

Partindo do texto 'Sorte maldita, ter uma mãe auto-confiante!', de *O diário secreto de Adrian Mole aos 13 anos e 3/4*, de Sue Townsend, analisar o seu conteúdo, quanto:

• Às personagens e suas características;

• À relação entre o curso para mulheres "para treino de autoconfiança", frequentado pela mãe de Adrian, e a data em que se realizou;

• Aos efeitos produzidos pelo curso na alteração da vida familiar;

• Aos sentimentos de Adrian em relação a essas alterações.

**Outras actividades que se podem realizar:**

• A elaboração de um diário individual durante uma semana, onde, à semelhança de Adrian Mole, cada aluno(a) registre as actividades/tarefas realizadas;

• A realização de entrevistas a um número igual de raparigas e de rapazes sobre a divisão das tarefas nas suas famílias;

## Actividade 4

Tema – **Quem discrimina quem? Como? Para quê?**

• Dividir a turma em grupos de 3 a 5 elementos.

• Propor a identificação de situações discriminatórias mais frequentes para ambos os sexos, na nossa sociedade.

• Preencher a tabela, hierarquizando (por ordem de importância) as 5 situações, ou grupos de situações mais discriminatórias e apresentar as respectivas soluções para lhes pôr termo:



Situações propiciadoras de discriminação de em função do género	Soluções propostas

- Apresentar as conclusões dos grupos e elaborar a respectiva síntese.

### Actividade 5

Tema – “Porquê Juntos”?  
O que leva as pessoas a formarem casais?

- Dividir a turma em subgrupos, de modo a formar alguns só de rapazes, outros só de raparigas e outros mistos;
- Solicitar aos grupos que, após uns momentos de reflexão, escrevam, em frases curtas, a resposta à pergunta: que motivos levam as pessoas a formarem casais?
- Ordenar as frases por ordem de importância;
- Debater o conteúdo das conclusões dos vários grupos, registar as diferenças e os consensos;
- Verificar se existe diferença clara na ordenação feita pelos três tipos de grupos constituídos (rapazes, raparigas e mistos). Se sim, procurar com os(as) alunos(as) hipóteses explicativas.
- Por fim, tentar encontrar uma ou duas razões que sejam consensuais em todos os grupos, para estabelecer relações de casal.

### Actividade 7

Tema – Quotidianos de vida de casais jovens

- Pesquisar e debater as várias motivações para a constituição de um casal, a existência de vários tipos de casal, encontros e desencontros no quotidiano.
- Propor a realização de *role play* para análise das possíveis implicações, no



quotidiano do casal, de uma ou duas situações de conflito/ crise/ desentendimento.

Exemplos de situações a representar:

- desemprego,
- sobrecarga laboral,
- tarefas domésticas,
- morte de um familiar,
- doença,
- gestão do orçamento familiar,
- educação das crianças,
- outros
- Findas as representações, iniciar um debate orientado para:
- O que sentiu cada um dos intervenientes, em relação ao papel que desempenhou?
- Estas situações têm algo de real ou são só específicas de um tipo de casal?
- Quais são as razões fundamentais para os desentendimentos entre casais?
- Registrar as conclusões.

#### Nota:

As conclusões e os trabalhos realizados, individualmente ou em grupo, devem ser divulgados à Escola, através dos meios disponíveis, que se considerem mais adequados (jornais de parede, meios áudio-visuais, cartazes, representações teatrais, fóruns, entre outros).

#### Bibliografia:

Filomena Mónica, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar. A escola primária salazarista. 1926-1939*

OIT, Campanha de sensibilização sobre a *Igualdade de Género no Coração do Trabalho Digno*, 8 de Março de 2010

Pierre Bourdieu, *A Dominação Masculina*, Celta Editora, 1999

*Linguagem, Poder, Educação: o sexo dos B, A, BAs*, colecção Cadernos Coeducação, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres e Comissão Europeia

PORDATA, *Base de Dados sobre Portugal Contemporâneo*, www.pordata.pt

http://www.unicef.pt

# Plenários regionais de professores contratados

A FENPROF e os seus sindicatos promoveram recentemente plenários de professores/as contratados/as em todas as regiões do continente e, ainda, na Região Autónoma da Madeira.

Serviram para dar informações, contribuir para a compreensão da situação que está a ser imposta aos/as colegas contratados/as, responder a perguntas e discutir algumas das matérias mais importantes para todos os que se encontram na situação de precariedade que, como houve oportunidade de debater, não decorre de uma qualquer fatalidade mas de más opções políticas que têm sido seguidas e agravadas por sucessivos governos.

Com toda a certeza, são estas opções que é urgente influenciar e combater. Para isto é necessária a força e a pressão de milhares dos contratados a quem o governo recusa estabilidade. A urgência estava nos próprios termos da divulgação dos plenários e na decisão de marcar estes encontros, mesmo reconhecendo algumas dificuldades acrescentadas pela altura do ano em que estamos. A gravidade da situação vivida pelos/as colegas contratados/as não se compadece com desculpas e desânimos recorrentes; exige de cada contratado/a o envolvimento franco, sem mais hesitações, na luta que afinal é a sua. Se assim não for, continuará o governo, sem sobressaltos de maior, a impor as suas erradas opções pela precariedade, pelo recurso a mão-de-obra barata, pela negação de direitos fundamentais, pelo profundo desrespeito que evidencia pelos professores/as contratados/as a quem recorre e de que, afinal, tanto necessita.

Os plenários tinham uma sempre presente dimensão de luta, de demonstração de vontade e disponibilidade por parte dos/as colegas contratados/as, sendo já um primeiro sinal de que, com a FENPROF e os seus sindicatos, estes professores irão movimentar-se em defesa de interesses e propostas justos que defendam os seus direitos à estabilidade profissional.

É preciso que se diga: todos os/as colegas contratados/as que acabaram por não participar nos plenários fizeram falta.



Lisboa, Porto, Coimbra, Beja e Funchal acolheram plenários regionais de professores e educadores contratados

## DEFENDEMOS

A profunda alteração do modelo das AEC, incluindo o que respeita às situações contratuais que deverão ser da responsabilidade dos agrupamentos de escolas.

A dimensão destas iniciativas é também um sinal ao poder político de atenção e disponibilidade para lutar. É importante que os/as colegas aprofundem a consciência de que a sua participação é mesmo indispensável para, se o quiserem realmente, defenderem os seus legítimos interesses, como os que se prendem com o direito fundamental a poder ter projectos de vida profissional e pessoal. Não participar é dar força ao governo para, entre outras coisas:

- prosseguir com as acções que tem no terreno com vista a reduzir postos de trabalho, atingindo, de imediato, os milhares de professores/as que trabalharam este ano como contratados/as;

- faltar ao compromisso de realizar concursos em 2011, com desculpas como as que estão a servir para impor, uma atrás de outra, medidas como as do PEC, quer as já em vigor, quer as que estão a ser congeminaadas;

- não discutir nem negociar regras de vinculação – direito à estabilidade no emprego! - que dêem àqueles a quem o ME recorre como contratados/as horizontes de estabilidade que, estando até previstos na legislação geral do trabalho, continuam a não ter qualquer paralelo na vida dos/as professores/as.

Dos plenários ficou a percepção de que a luta dos/as professores/as contratados/as passará a contar com maior consciência e vontade de muitos/as dos/as colegas que participaram, sendo eles/as próprios/

as um necessário elo de ligação e de mobilização de outros/as que, desta vez, ainda faltaram à chamada. Ficou também a certeza de que há muitos/as outros/as que ainda não terão percebido que são actores imprescindíveis para ajudar a resolver os problemas que enfrentam.

A participação com visibilidade dos/as colegas contratados/as em todas as acções de luta é o factor mais importante para obrigar à atenção e disponibilidade do poder político para atender aos problemas dos professores/as contratados/as. No início do próximo ano lectivo, perspectivando já uma grande acção em Outubro, é preciso aprofundar o que agora se iniciou. Até lá, cada um de nós deve chamar outros à razão: a luta a todos diz respeito; de forma muito particular, é necessária às vidas dos/as colegas contratados/as. Dar dimensão e força às propostas com que a FENPROF continua a lutar pelo direito à estabilidade de emprego, um direito que é de todos/as eles/as mas que é também do maior interesse para as escolas e para o país, passa mesmo pelo envolvimento dos professores/as contratados/as.

**A luta vai prosseguir. Quanto maior for a sua força, maiores serão as suas possibilidades de êxito. ●**

[www.fenprof.pt](http://www.fenprof.pt)  
Toda a informação. Actualização diária.

## Contra a precariedade exigimos estabilidade!

Os professores e educadores contratados, que reuniram em cinco plenários realizados no Continente e na Região Autónoma da Madeira, aprovaram um Resolução em que criticam:

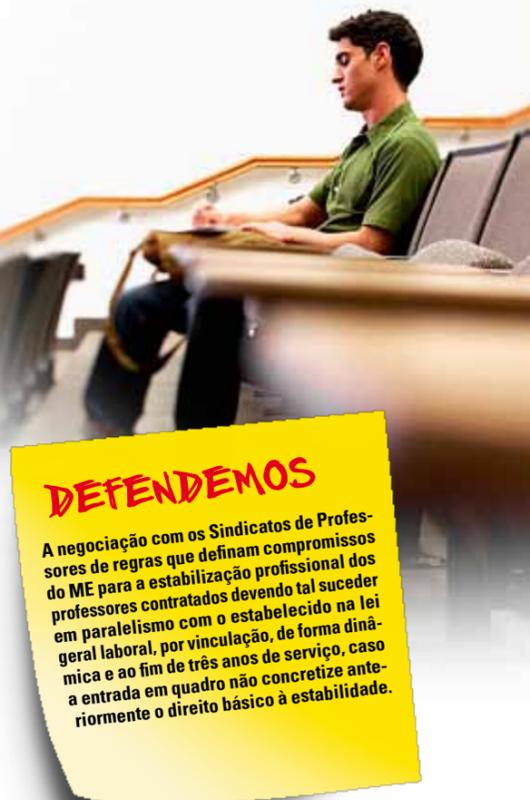
O agravamento do quadro de precariedade laboral; o indesejável propósito do Governo de substituir um número cada vez maior de docentes dos quadros por contratados; o recurso à contratação de docentes para responder a necessidades permanentes do sistema e das escolas públicas; o agravamento da instabilidade e do desemprego, para tal contribuindo o encerramento de escolas e os mega-agrupamentos; o ataque à segurança no emprego, expresso na Constituição da República Portuguesa; a inexistência de critérios justos e legalmente adequados para as AEC; o afastamento artificial dos professores de habilitação própria dos concursos nacionais; a manutenção da prova de ingresso, obstáculo artificial à entrada na profissão; declarações do Governo admitindo a não realização de um concurso em 2011, conforme compromisso assumido pelo ME.

Este é um retrato suficientemente negro que justifica uma série de medidas

defendidas por estes docentes:

A realização de concurso nacional para ingresso em quadro, em 2011, com regras claras e transparentes, e a adopção do regime de colocações cíclicas; a satisfação das necessidades permanentes das escolas por docentes integrados nos quadros; a suspensão de medidas políticas que apostem na redução indiscriminada de postos de trabalho; a negociação com os Sindicatos de Professores de regras que garantam a vinculação, de forma dinâmica e ao fim de três anos de serviço, caso a entrada em quadro não concretize este direito à estabilidade; o direito dos professores de habilitação própria a concorrerem e a criação de condições para a profissionalização destes docentes; a alteração do modelo das AEC, incluindo o que respeita às situações contratuais que deverão ser da responsabilidade dos agrupamentos de escolas.

Significativa é também a disponibilidade manifestada pelos docentes presentes nos plenários para a luta em defesa das exigências expostas e das propostas que a FENPROF tem defendido, prosseguindo a denúncia de políticas erradas e da opção pela precariedade. Os participantes relembram, ainda, o desejo de se envolverem na



### DEFENDEMOS

A negociação com os Sindicatos de Professores de regras que definam compromissos do ME para a estabilização profissional dos professores contratados devendo tal suceder em paralelo com o estabelecido na lei geral laboral, por vinculação, de forma dinâmica e ao fim de três anos de serviço, caso a entrada em quadro não concretize anteriormente o direito básico à estabilidade.

luta que venha a realizar-se no próximo ano lectivo, e de contribuir para aumentar a dimensão e a força do seu protesto e exigência, mobilizando outros colegas. ●

## FENPROF apresenta a 1 de Setembro Guia de Sobrevivência do Professor Contratado

Desde há vários anos que a FENPROF inicia o “ano sindical”, em Setembro, com acções de denúncia da precariedade imposta pelos governos a milhares de professores e educadores portugueses.

Foi assim, por exemplo, em 2009, com a denúncia pública do que o governo, cego nas suas opções, tornou indelével: o recurso em larga escala à contratação para satisfação de necessidades permanentes das escolas e do sistema que, mesmo pela lei, deveriam ter resposta com situações de vínculo estável. Foi assim em 2008, quando a FENPROF e os seus sindicatos denunciaram a contradição entre o desemprego activamente promovido pelo governo e as indesejáveis necessidades de mais trabalho docente de que o país padece.

Foi de modo semelhante em todos os últimos anos: a Federação a arrancar em Setembro com a chamada da atenção da opinião pública para a imposição da precariedade a milhares de professores que deviam ter uma situação profissional estável e para o desperdício que representa, num país que precisa do seu trabalho e qualificações, atirar para fora da profissão tantos professores e educadores. Estas têm sido acções que visam, bem se vê, pressionar o poder político a pronunciarem-se sobre as opções que faz e obrigá-lo a discutir e a negociar propostas que a FENPROF tem para resolver os graves problemas criados com a preferência pela precariedade em que os governos se têm especializado.

Em muitas outras acções, acções de outro tipo, a FENPROF tem procurado, ao longo dos anos, salientar os problemas, a situação e as injustiças que atingem os professores contratados.

### Envolver, protestar

As denúncias públicas como as já referidas, acções em que a FENPROF se empenha e de que não desiste, mesmo que, por vezes, com uma insuficiente participação e atenção dos colegas contratados ou desempregados, são importantes para dar visibilidade aos problemas que os atingem; não são, nem serão, é o suficiente para obrigar, em definitivo, o governo a corrigir as erradas opções em que insiste e que agrava. Para isto que é muito mais do que “simples” denúncia, é preciso também muito mais do que pequenas acções: é precisa a luta numerosa, ruidosa, politicamente incómoda dos milhares de colegas que são cinicamente tratados como se de um recurso descartável se tratasse.

No próximo dia 1 de Setembro, a FENPROF voltará às questões da precariedade e do desemprego que atingem os professores e educadores e as escolas portuguesas. Será feita a apresentação pública do **Guia de Sobrevivência** que está em fase de ultimação (o nome diz muito das situações difíceis, por vezes dramáticas, que a FENPROF quer ver resolvidas com propostas que tem para as resolver). A apresentação do **Guia** será a oportunidade para colocar, desde logo e em grande destaque, a luta para a qual são chamados todos os professores mas, sem substituição possível neste combate, muito em particular os colegas contratados ou desempregados.



### Pistas e informações importantes

O **Guia** que a FENPROF está a actualizar e a enriquecer a partir de um importante trabalho feito por colegas do SPGL pretende, naturalmente sem ambições enciclopédicas, ser um guia com informações tidas por importantes para a generalidade dos colegas contratados ou à procura de colocação.

Mas tentará ser também um documento que ajude a situar cada um deles em relação às prejudiciais opções políticas que estão a marcar, de forma ainda mais dolorosa mas não inevitável, os tempos que correm, em relatório ao pensamento e às propostas que a FENPROF tem sobre essas matérias e, mais importante do que tudo, em relação à necessidade absoluta, ao imperativo, de ir à luta em defesa destas propostas, intervindo para melhorar o futuro do país, das escolas, dos professores e, neste quadro, o futuro próprio de cada um!

O envolvimento na luta é a maior das questões que se coloca a cada colega contratado/a ou desempregado/a, se este/a tiver vontade de transformar o difícil quadro em que se encontra.

Ainda antes de dia 1 de Setembro, a FENPROF afirma com toda a certeza: a luta de todos, feita com a luta de cada um, é hoje uma questão de **sobrevivência!** ●



## Profissionalização extraordinária pela Universidade Aberta de professores contratados com habilitação própria

anos até 31 de Agosto ou, segundo a nossa proposta, 31 de Dezembro de 2010.

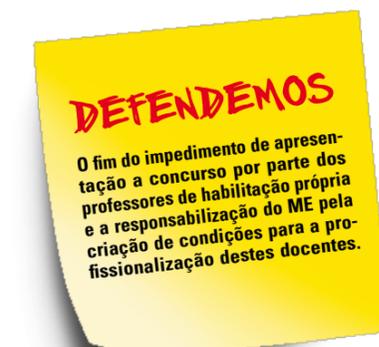
O ME que, segundo afirmam os seus responsáveis, já terá o despacho pronto, mas ainda não assinado, necessita de ultrapassar a sua insuportável letargia e publicar o referido despacho ou, como já foi admitido como possível em reunião entre o ME e a UA, vertê-lo num protocolo entre as duas entidades, estabelecendo as referidas condições de validação.

Neste momento e dando já espaço para a, infelizmente, habitual lentidão do ME nestas matérias, a fase de inscrições está a ser preparada para o início do próximo mês de Setembro.

Alertamos os colegas interessados para estarem atentos à abertura das inscrições. Continuaremos a acompa-

nhar o processo pressionando o ME através da Secretaria de Estado (SEAE) para dar cumprimento ao pouco que dela necessitamos: que não bloqueie a possibilidade de os professores contratados com habilitação própria terem esta importante oportunidade de desbloquear a sua situação profissional.

A FENPROF continua a reivindicar o fim dos impedimentos de acesso ao concurso nacional impostos aos professores de habilitação própria e a criação de condições para que aqueles de quem, afinal, o ME necessita, possam aceder à respectiva profissionalização. No imediato, espera a FENPROF que a possibilidade de profissionalização em apreço não seja unilateralmente posta em causa pelo ME, por inoperância ou injustificável decisão política. ●



### DEFENDEMOS

O fim do impedimento de apresentação a concurso por parte dos professores de habilitação própria e a responsabilização do ME pela criação de condições para a profissionalização destes docentes.

# Ser ou não ser... Contratado

A preferência do(s) governo(s) pela precariedade no trabalho é feita num quadro político e ideológico que sobrepõe a redução de custos salariais aos interesses das escolas, do sistema educativo e, claro, às necessidades e direitos das pessoas, incluindo os professores e educadores. O corte de despesas promovido pelo governo por estas vias decorre das condições de vencimento e de exercício de funções a que os professores e educadores contratados são sujeitos. Mas há outros efeitos negativos, também eles marcas lamentáveis destas opções políticas pela precariedade com que é preciso romper de vez. O quadro não esgota mas ilustra o que dizemos...

**DEFENDEMOS**  
 A suspensão imediata de medidas políticas que, indiferentes às repercussões negativas que irão ter na organização e funcionamento das escolas, dão prioridade à redução indiscriminada de postos de trabalho para cega redução da despesa.

PROFESSOR/A DO QUADRO	PROFESSOR/A CONTRATADO/A
Estabilidade de emprego (como consagra a CRP), ainda que com algum grau de incerteza quanto ao local de exercício de funções	Incerteza permanente quanto à continuidade do exercício de funções docentes e quanto à localização de eventuais colocações
Melhores condições para estabelecer projectos de vida	Grande dificuldade em delinear projectos de vida profissional e pessoal
Vencimentos: a) variável, consoante os anos de serviço e o respectivo posicionamento na carreira (entrada no ind. 167, a partir de Janeiro de 2011; com 10 anos e na reivindicada situação de contagem integral de tempo de serviço, índice 205, equivalente a 1864,19€) b) garantia de remuneração em função de horário completo	Vencimentos: a) independentemente do número de anos de contrato, sempre o mesmo vencimento (ind. 151 para licenciados profissionalizados, o que corresponde a 1373,13€ em horário completo) b) horários incompletos determinam reduções remuneratórias proporcionais (ex.º: horário 11h lectivas, 2,3 CEB, apenas metade da remuneração)
Tempo de serviço integralmente contado, de acordo com as regras legais (cada ano lectivo é mesmo um ano de serviço!)	Tempo de serviço contado apenas em função da duração dos contratos e da dimensão dos horários (para totalizar um ano de serviço podem ser precisos vários anos lectivos!)
Direito a redução da componente lectiva dos horários em função do tempo de serviço e da idade	Sem direito a qualquer redução da componente lectiva dos horários
Possibilidade de consulta dos docentes para a elaboração de horários e distribuição do serviço dentro da escola	Tendo em conta, entre outras razões, o carácter residual do serviço distribuído, os contratados ficam tendencialmente sujeitos a horários com excesso de níveis, de turmas e heterogeneidade de funções
Avaliação do desempenho, em ciclos bienais, com efeitos fundamentalmente ao nível da velocidade de progressão na carreira	Avaliação de desempenho, feita em função da duração dos contratos, com influência directa na situação de emprego/desemprego
Professores que se encontram abrangidos pelo regime da CGA (maior parte dos que estão em quadro) podem receber na íntegra quando se ausentam por doença	Regime da Segurança Social determina o não pagamento dos três primeiros dias de ausência e, a partir daí, um subsídio que é apenas 65% da remuneração de referência
A grande maioria dos professores dos quadros estão abrangidos pelo regime da ADSE	Os professores contratados são obrigatoriamente abrangidos pela Segurança Social; a protecção da ADSE (facultativo) obriga a um desconto suplementar de 1,5%

## Horários de Trabalho

# FENPROF recusou processo de auscultação

Ausência de negociação seguirá para os tribunais

Foi publicado o Despacho n.º 11120-B/2010, de 7 de Julho, que, entre outros aspectos, estabelece regras e princípios orientadores a observar em cada ano lectivo, na elaboração do horário semanal de trabalho do pessoal docente. De notar que este despacho não foi objecto de negociação com as organizações sindicais, numa clara violação do direito à negociação colectiva, consagrado na Lei 23/98, de 26 de Maio. Através do alchunhado SIMPLEX negocial com o nome pomposo de "consulta directa facultativa dos parceiros educativos" o governo mostrou os seus traços de personalidade mais salientes: prepotência e desrespeito pelas instituições democráticas.

Nesse sentido, a FENPROF não só se recusou a participar nesta farsa que nada produziria de materialmente válido, tendo em conta a indisponibilidade manifestada pelo próprio ME para avançar com mudanças que a própria ministra tinha referido como essenciais – Isabel Veiga chegou a referir a necessidade de desburocratizar os horários de trabalho dos docentes – como decidiu entregar aos Tribunais, mais uma

vez, a regularização da situação, tendo em conta que há diversos aspectos consagrados no referido despacho que são objecto de inevitável negociação e que necessitam de ser corrigidos: definição de quais são as reuniões a considerar de carácter ocasional; a inclusão de funções lectivas no âmbito da componente não lectiva; o agravamento do horário atribuído no âmbito da componente individual, designadamente dos educadores de infância e dos docentes do 1.º ciclo do ensino básico; a inexistência de condições para a redução, de facto, das tarefas administrativas; a brutal redução do crédito de horas atribuído a cada estabelecimento/agrupamento, designadamente pela constituição de mega-agrupamentos; o facto de as reduções lectivas para avaliação dos docentes ser feita na componente não lectiva, entre outros aspectos.

Nesse sentido, perante esta atitude violadora das normas gerais da negociação com as organizações sindicais, a FENPROF vai pedir a impugnação de algumas das normas agora incluídas no despacho de organização do próximo ano 2010-2011. | LL ●



## TAF de Beja aceitou recurso apresentado pela FENPROF

O Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja aceitou o recurso apresentado pela FENPROF na sequência da decisão que permitiu que o concurso para contratação de docentes tivesse prosseguido com a avaliação a ser considerada como factor de graduação profissional. Na sequência desta decisão, o processo apresentado pela FENPROF volta agora a estar sob a atenção dos tribunais. ●



## FENPROF colocou alguns dos principais problemas da Educação ao Presidente da República

- Horários de trabalho dos docentes e sua carga administrativa e burocrática, que constri o trabalho dos docentes no que é essencial;
- Educação Especial e afastamento dos apoios especializados a milhares de alunos com necessidades educativas especiais.

Estes foram os principais temas abordados na reunião realizada (30/06/2010) com o Senhor Presidente da República. Nesta reunião, houve ainda tempo para colocar o problema da avaliação nos concursos e as injustiças que a mesma provoca.

Também as expectativas relativamente ao próximo ano escolar e ao futuro de um sistema que vai tornar-se obrigatório até ao 12º ano (um enorme desafio num tempo de crise como o que o país atravessa, a que acrescem problemas graves como o insucesso e o abandono escolar que persistem) foram aspectos abordados na reunião.

Da parte do Senhor Presidente da República foi grande o interesse pelas questões apresentadas e a vontade de, em determinados aspectos, aprofundar o conhecimento dos problemas e conhecer as propostas da FENPROF para os superar. ●

# Conselho Nacional da FENPROF

## Linhas de acção já a pensar no arranque do próximo ano

Após dois dias de trabalho, o Conselho Nacional da FENPROF, reunido em Lisboa a 14 e 15 de Julho, apresentou em conferência de imprensa, pela voz do Secretário-Geral, Mário Nogueira, as conclusões fundamentais do debate desenvolvido no órgão máximo da Federação entre Congressos.

Foi a primeira reunião do CN com agenda mais alargada, depois do 10º Congresso, realizado em Montemor-o-Novo em Junho passado. Como foi referido aos jornalistas, o Conselho Nacional analisou a "crise", tentando clarificar aspectos fundamentais como as suas causas e origens e, naturalmente, os impactos e reflexos na sociedade e no sector da educação. Nesse sentido, Mário Nogueira lembrou que o sector do ensino e a realidade sócio-profissional dos professores e educadores se integram num contexto e, como tal, "há que encarar os problemas, as ofensivas e as lutas".

"Não foram os trabalhadores que provocaram esta crise", acentuou. A ofensiva contra a escola pública, comentou mais adiante, integra-se "na ofensiva geral contra as funções sociais do Estado".

### Política centralizadora

A realidade que se vive nas escolas, marcada por uma acentuada política centralizadora, marcou este Conselho Nacional da FENPROF. As escolas, como foi sublinhado, devem construir a sua autonomia num quadro em que é essencial relevar a responsabilização do Estado em matéria de educação e ensino; a regulação da oferta pública nacional de educação e ensino; a garantia de equidade e transparência no sistema de recrutamento de professores; e o respeito por direitos estruturantes da profissão docente.

Presidido por João Cunha Serra, o Conselho Nacional, órgão constituído por



85 elementos em representação dos vários Sindicatos da FENPROF, fez o balanço de um ano pleno de acontecimentos – eleições legislativas, acordo de princípios, revisão do ECD, medidas do PEC, encerramento de escolas e criação de mega-agrupamentos... – e que, no plano sindical, contou com a realização do 10º Congresso da FENPROF, a maior e mais representativa organização de docentes portugueses.

O balanço do ano escolar no plano político e sindical; os resultados obtidos a partir do Acordo de Princípios, os concursos em 2011 – a sua importância como factor de mobilidade e a sua necessidade vital para o combate à precariedade; os aspectos da negociação colectiva; a tentação de aplicação da Lei 12-A negando o acordo de manutenção do regime específico para os professores e as suas consequências no plano profissional e organizacional da profissão docente; os horários de trabalho e a sua adequação às melhores condições de exercício da profissão; o combate à precariedade e ao desemprego e a situação no capítulo da Gestão das Escolas, foram temas em destaque no plenário do CN, que condenou a política de irresponsabilidade do Ministério em matérias estruturais como a rede escolar.

"Não houve consulta, não houve di-

álogo, não houve sensibilidade", realçou Mário Nogueira, que alertou para as consequências pedagógicas e de funcionamento de mega-agrupamentos, instaurados exclusivamente por objectivos economicistas, que, entretanto, em todo o País, têm merecido a firme condenação de professores, pais e encarregados de educação, autarcas e comunidades locais.

Para além do balanço e da apreciação crítica à actuação do Governo e do Ministério da Educação, o Conselho Nacional projectou o futuro, quer definindo os objectivos reivindicativos da FENPROF, quer apontando as formas de agir e lutar para alterar o rumo negativo da actual política educativa que pouco ou nada se afasta da que foi seguida pela equipa ministerial anterior.

"A política dos PECs, o desemprego e a precariedade laboral, a avaliação (continua a ser um modelo burocratizado e confuso) e as consequências do encerramento cego de escolas e a imposição dos mega-agrupamentos justificam sérias preocupações da FENPROF ao encarar o arranque do próximo ano lectivo e o cenário para os meses seguintes", como alertou Mário Nogueira, que chamou a atenção dos jornalistas, por um lado, para a importância das iniciativas parlamentares

que visam corrigir aspectos negativos do Estatuto da Carreira Docente, e, por outro, para a necessidade de garantir "outras normas em matéria de horários de trabalho dos docentes", criticando, a propósito, "o desrespeito do Ministério da Educação por compromissos assumidos".

### Setembro

No próximo dia 1 de Setembro, a FENPROF estará na rua para apresentar o "Manual de Sobrevivência dos Professores e Educadores Contratados", um "documento de apoio a todos os colegas vítimas da precariedade laboral", como referiu Mário Nogueira.

Os Sindicatos da FENPROF marcarão também presença saliente na Jornada Europeia de Acção, a 29 de Setembro, que a Confederação Europeia (CES) marcou por toda a Europa. No nosso país decorrerão manifestações em Lisboa e no Porto, convocadas pela CGTP-IN.

### Outubro

As comemorações do 5 de Outubro como Dia Mundial do Professor, que em

Portugal coincidem com o centenário da República, serão marcadas por quatro iniciativas, entre Setembro e Outubro. Mário Nogueira pormenorizou: "No Fundão, com o apoio da Escola Secundária e da Câmara Municipal, decorrerá um debate sobre o papel do professor na sociedade, que será também uma forma de recordar a figura, o exemplo e o trabalho do Professor Salvado Sampaio, antigo membro do Conselho Nacional da FENPROF".

E acrescentou: "Haverá também um seminário internacional (com representantes de vários países, em particular do Sul da Europa) sobre a actualidade e os desafios da escola pública. Não é só em Portugal que se sente o ataque fortíssimo à escola pública...".

Mário Nogueira divulgou ainda a realização em Lisboa de um plenário nacional, em Outubro, que abordará três temas centrais: o emprego, a estabilidade profissional e a luta pela melhoria das condições de trabalho nas escolas.

O CN aprovou também um Dia D - de debate - nas escolas, para o qual será preparado um guião. Pretende-se, com esta iniciativa, promover uma discussão profunda sobre o estado da Educação e

os compromissos para a acção dos educadores e professores portugueses.

### Lutar pela valorização da Escola Pública

"Que avaliação daríamos ao ME?". A resposta do Secretário-Geral da FENPROF não podia ser mais rápida: "Depois de uma fase inicial em que pretendemos acalmar e analisar a situação, esta equipa ministerial não trouxe nada de novo, nem mais competência política, nem mais capacidade técnica...".

Como foi sublinhado no encontro com a comunicação social, "os professores continuarão a lutar por uma Escola Pública de qualidade e uma profissão digna e valorizada".

"O actual Governo, na sequência das políticas anteriores, não defende a escola pública, mas o PSD de Passos Coelho, pelo que ouvimos, não é alternativa", registou o Secretário-Geral da FENPROF.

Além de Mário Nogueira, estiveram na Mesa da conferência de imprensa os dirigentes António Avelãs (SPGL), Manuela Mendonça (SPN), Anabela Sotaia (SPRC), Joaquim Páscoa (SPZS), Marília Azevedo (SPM) e António Lucas (SPRA). | JPO ●

## Estatuto da Carreira

# Importante conquista dos docentes

Foi publicado o Decreto-Lei 75/2010, que consagra as alterações negociadas com as organizações sindicais ao ECD de Maria de Lurdes Rodrigues. De salientar como resultado principal deste processo o fim da carreira dividida. Trata-se uma alteração fundamental, já que através dela a FENPROF e os docentes que participaram em grandiosas e inéditas acções de luta reconquistaram um perfil de professor que defenderam como objectivo central da sua acção. Um único perfil a quem são atribuídas competências no âmbito do seu exercício profissional que caracterizam a profissão e que são universais, designadamente as que decorrem do exercício de cargos ou responsabilidades pelo sucesso do projecto educativo de cada escola ou agrupamento.

Através deste novo Estatuto ficam ainda consagradas garantias que estabelecem uma situação de excepção no âmbito geral das várias profissões da administração pública. Para além de um regime de avaliação do desempenho que, por si só, volta a ver integradas condições de democraticidade na atribuição de funções no processo de avaliação, embora muito dependentes de um regime antidemocrático

de gestão, o novo ECD mantém dois direitos fundamentais: o quadro de pessoal docente, de escola ou agrupamento, como regra para a estabilidade do corpo docente dos estabelecimentos de educação e ensino; o concurso para provimento em lugar de quadro, para contratação para necessidades não permanentes do sistema educativo e para mobilidade, como regra de selecção e recrutamento de professores e educadores.

### Nova investida...

Estes dois domínios de caracterização da profissão docente são resultado da enorme firmeza manifestada pelos docentes nos últimos 4 anos. Para a FENPROF, como foi transmitido à comunicação social no final do Conselho Nacional de 15 de Julho, a manutenção



da disponibilidade para lutar por estes dois instrumentos fundamentais de valorização da profissão e da escola pública é fundamental, pois o governo tentará, mais cedo do que possa pensar-se, fazer uma investida no sentido da sua supressão, designadamente no que poderão ser os efeitos de um previsível PEC 3 a ser mais uma vez imposto, no Outono deste ano, sob os efeitos da sua já injustificável inevitabilidade. | LL ●



Notas e argumentos

## A propósito da criação dos mega-agrupamentos de escolas

**O gigantismo dos novos agrupamentos torna a sua gestão mais complexa, inviabilizando o contacto directo da Direcção com a realidade diversa das várias escolas e o conhecimento das pessoas, realidades e contextos.**

As proporções dos mega Agrupamentos dificultam ou comprometem mesmo a criação de uma identidade e de uma cultura próprias de agrupamento, essenciais à afirmação de um projecto pedagógico consistente, indispensável à obtenção de bons resultados escolares.

Não foram tidos em consideração e quantificados os custos pedagógicos que a entrada em mais um período de alterações profundas e instabilidade dentro das escolas vem provocar, depois da febre reformista dos últimos anos.

Esta alteração na estrutura dos agrupamentos já existentes, vem abalar a sua re-

cém construída coesão e vem comprometer o trabalho de criação de uma identidade, de um projecto e de uma cultura próprias, desenvolvido passo a passo ao longo dos últimos 6 ou 7 anos.

O argumento da articulação pedagógica entre ciclos não colhe, já que a articulação pedagógica entre ciclos tanto pode realizar-se eficazmente entre escolas de um mesmo agrupamento como entre escolas não agrupadas. Há experiências que documentam ambas as situações, pelo que não é forçoso agrupar para articular ciclos.

Se se considera necessário agrupar escolas que ainda não se agruparam, será de bom senso estudar e reflectir sobre as razões que justificam o seu não agrupamento até à data em vez de forçar o processo.

Os Conselhos Gerais que nem um terço do seu mandato cumpriram e os directores e respectivas direcções, que tomaram posse há cerca de um ano, terão que cessar funções, tendo que constituir-se novas equipas directivas e ser formulados novos projectos. Todo este processo constitui um desperdício do trabalho já realizado nas escolas/agrupamentos e um dispêndio desnecessário de esforços e de horas de trabalho.

Os documentos fundadores e orientadores dos agrupamentos e das escolas – o Projecto Educativo, o Projecto Curricular e o Regulamento interno – terão que ser refeitos à luz de novas e mais complexas realidades sócio educativas decorrentes dos mega agrupamentos. Essa reconstrução e reformulação de projectos e documentos, dada a complexidade e proporções da realidade que pretendem abranger, afigura-se em muitos casos uma missão de difícil concretização.

A constituição de agrupamentos deve ser um processo partilhado e acompanhado pelas comunidades em que se inserem e não um processo artificial alheio aos interesses pedagógicos e comunitários.

A identidade, a união, o projecto comum unificador e a cultura própria de cada escola e de cada agrupamento – apurados e definidos ao longo dos últimos anos – são irresponsavelmente ignoradas e comprometidos. ●

(Texto reescrito a partir de documentação de um agrupamento da área de Lisboa)

INFO [www.fenprof.pt](http://www.fenprof.pt)

## Timor Leste Centro Comunitário do Alto Balide quase construído

Ao fim de vários anos, de muitas indefinições, de atrasos sucessivos por parte do lado timorense, está próximo o momento da concretização plena do movimento desencadeado pelos professores portugueses que responderam positivamente à campanha da FENPROF “Uma Escola para Timor Leste”, no ano de 2002.



Para tal foi necessário, há três anos atrás, a FENPROF entregar a gestão deste processo a uma ONGD com vocação para este tipo de trabalho, a “Engenho & Obra” – organização não governamental de que a FENPROF é membro fundador.

Foi necessário mais, contudo. Foi necessário enviar àquele país um alto dirigente desta organização (o hoje seu presidente, Eng<sup>o</sup> Alfredo Soares Ferreira) para tratar do problema no terreno e conseguir a importantíssima ajuda política do Presidente Ramos Horta.

Não é que tenham terminado aí todas as indefinições relativas ao projecto, mas conseguiu-se dar o passo decisivo

que faltava para cimentar o caminho da construção de um Centro Comunitário (primeiro previsto para Bidau Nassau, depois, finalmente, para o Alto Balide, nos arredores de Dili) que, não sendo uma escola inserida no sistema formal de ensino, será um local destinado a aprendizagens outras, nomeadamente as que se revelem como determinantes para

uma valência comunitária do projecto, e dirigidas a saberes práticos de grande utilidade para as populações vizinhas.

Trabalha-se arduamente agora para concluir as obras da primeira fase e, se concluídas para o prazo

previsto de um mês, para que se possa pensar para o início do nosso próximo ano lectivo a inauguração oficial do **Centro Comunitário do Alto Balide**, que registará para o futuro o empenhamento da FENPROF e dos professores portugueses na ajuda à reconstrução do sistema educativo timorense, numa intervenção solidária de quem sempre acredita que há um futuro melhor ao alcance de todos os povos, assim queiramos e por isso saibamos lutar.

Nos próximos números da nossa revista daremos mais informações do desfecho deste processo, nomeadamente da inauguração do Centro e das actividades que darão corpo e vida a este projecto logo, que se encontre em funcionamento pleno. ●

**O Centro Comunitário do Alto Balide, nos arredores de Dili, registará para o futuro o empenhamento da FENPROF e dos professores portugueses na ajuda à reconstrução do sistema educativo timorense.**





Desfile nas ruas de Istambul

## Fórum Social Europeu 2010 em Istambul

# Uma Nova Europa é possível e necessária!

De 1 e 4 de Julho realizou-se na Turquia, Campus Taskisia da Universidade Técnica de Istambul, a sexta edição do Fórum Social Europeu. Foram quatro dias de seminários, workshops, performances e assembleias – organizados em 13 eixos temáticos (ver caixa), onde milhares de pessoas e muitas dezenas de organizações de toda a Europa debateram ideias, formularam propostas e partilharam experiências, tendo em vista uma acção efectiva, e tanto quanto possível concertada, capaz de responder à crise que atravessamos, sempre no respeito pelo princípio de que os fóruns não têm que dar indicações ou instruções sobre o que fazer.



Henrique Borges intervindo no Fórum de Istambul



nos vários espaços onde as decisões são tomadas, devendo escolher-se o momento oportuno para pressionar o poder político. O facto de termos conseguido que os partidos assumissem compromissos pré-eleitorais com os sindicatos de professores foi decisivo para a inflexão de algumas medidas políticas.

Lembrei, ainda, que, num contexto em que as políticas são cada vez mais concertadas a nível supranacional, as respostas deverão, de igual modo, ser encontradas globalmente. Motivo pelo qual os fóruns,

a par de outras iniciativas e realizações de âmbito europeu, deverão ser devidamente considerados e valorizados como espaços de troca de experiências e de convergência na procura de soluções capazes de promover um novo modelo social para a Europa.

Na Assembleia da Educação – da responsabilidade da FENPROF, European Education Network, FSU (França), COBAS Scuola (Itália), CESP (Itália) STES (Espanha), OLME (Grécia), Revolution (Alemanha), LIEN (França), Instituto Paulo Freire (Portugal), USTEC-STES (Espanha), FLCF-CGIL (Itália), GEW (Alemanha), ETUC, Egitim-Sem (Turquia) –, foi patente a convergência de posições relativamente aos mais variados aspectos, tendo ficado claro que a crise nesta área é inerente à crise do sistema neoliberal e que a necessidade de mudança de paradigma para a Europa é, cada vez mais, uma realidade inquestionável. Um dos motivos porque se entendeu fazer um apelo à mobilização e participação no Dia Europeu de Acção, convocado



## Eixos temáticos do FSE 2010:

1. Crise Económica e Social: resistência e alternativas
2. Direitos Sociais para a Europa Social
3. Que tipo de democracia? Promover as liberdades civis e políticas
4. Em defesa dos direitos das nações oprimidas e das minorias
5. Contra a Europa-fortaleza
6. Igualdade versus discriminação. Alternativas feministas para enfrentar a crise global.
7. Salvar o planeta construindo um mundo sustentável
8. A paz contra a guerra, o militarismo, as ocupações
9. Juventude: direito à educação, ao trabalho e ao futuro
10. Democratizar o conhecimento, a educação e a cultura, criando alternativas
11. Meios de Comunicação Social e relações de poder: defesa da liberdade de expressão e da democratização da informação
12. A Europa e o Mundo: cooperação e desenvolvimento com base na solidariedade, contra a dominação e neocolonialismo
13. O Estado e o futuro do movimento pela justiça global

pela Confederação Europeia de Sindicatos (CES) para **29 de Setembro** e que se pretende venha a constituir uma grande jornada de luta pelo emprego, pelos salários, pelos serviços públicos e contra o desemprego e as injustiças.

No nosso país, este dia terá expressão pública no Porto e em Lisboa, com a realização de duas grandes concentrações de trabalhadores, tal como consta da resolução aprovada no Conselho Nacional da CGTP, entretanto realizado. ●

## Ensino Português no Estrangeiro

# Avaliação do desempenho

Recebemos da Comissão de Avaliação do Desempenho da Área Consular do Luxemburgo um pedido de esclarecimento a propósito da edição de Maio do Jornal da FENPROF que publicamos:

"O Jornal da central sindical Fenprof publica no seu número de Maio deste ano um texto com o seguinte título: "Avaliação de Desempenho dos docentes no Ensino Português no Estrangeiro. Instituto Camões não pode exigir o impossível!". Ai são tecidas várias considerações relativamente ao processo de avaliação do desempenho dos docentes em Comissão de Serviço, no Ensino Português no Estrangeiro.

Numa caixa não assinada, tal como no texto anterior, publicada em anexo e intitulada "Negado direito de acção sindical a dirigentes do SPE", é feita referência à avaliação do docente em exercício na área

consular do Luxemburgo e secretário-geral do SPE, Carlos Pato.

É afirmado que "há dirigentes, como o Secretário-Geral do SPE, Carlos Pato, que são prejudicados na sua avaliação do desempenho "simplesmente por terem exercido um direito que se encontra legal e constitucionalmente protegido". Trata-se, pois, duma afirmação peremptória, e não duma mera hipótese que não corresponde, minimamente, à verdade.

A Comissão de Avaliação de Desempenho da área consular do Luxemburgo, criada em virtude das disposições legais em vigor, considera que a gravidade das afirmações expressas põe em causa o seu bom nome e a qualidade do trabalho executado merecendo, por isso, a mais viva reprovação.

No cumprimento do Regulamento Interno de Avaliação dos Docentes e no respeito

do disposto na legislação em vigor, foram tidos em conta os registos de assiduidade existentes nos Serviços de ensino em resultado dos quais a Comissão atribuiu a todos os docentes a pontuação prevista para uma assiduidade igual ou superior a 95% do número de aulas previstas.

A Comissão espera que, sem prejuízo da eventual aplicação de sanções previstas na legislação em vigor, o referido docente proceda à rápida reposição da verdade, nomeadamente através do mesmo meio de comunicação." ●

Luxemburgo, 17 de Junho de 2010  
A Presidente da Comissão,  
Ana Costa

Os Assessores,  
Clara Santos  
Carlos Peixoto

## Esclarecimento do Secretário-Geral do SPE

A Redacção do JF, solicitou à Direcção do SPE uma explicação para os factos aqui retratados, tendo recebido a seguinte informação:

### Informação ao Secretariado Nacional/À redacção do JF

No dia 19 de Maio de 2010 foi notificado o dirigente sindical referido da proposta de notação de Regular - 3, pela relatora da Comissão de Avaliação à área consular do Luxemburgo - elemento assiduidade.

Imediatamente, o professor manifestou a intenção de reclamar por não concordar com a atitude. Foi-lhe confirmado que assim se fazia, pois era entendimento da Comissão de Avaliação que tinha faltado "imenso". Denunciou, de imediato, a situação junto da FENPROF, que fez seguir para o SECP e ICA ofícios a denunciar a situação.

O facto de ter denunciado a situação levou a que no dia seguinte a relatora tenha contactado alguns professores no sentido de lhes comunicar que o elemento de avaliação iria ser alterado.

Não fora a rápida intervenção da FENPROF junto dos organismos tutelares do EPE e esta injustiça, deliberada ou por desconhecimento da lei, teria lesado inúmeros professores da área consular do Luxemburgo. Não se pretende pôr em causa o bom nome dos elementos da CA; põe-se em causa, sim, a qualidade do trabalho desenvolvido e uma certa atitude persecutória ao dirigente sindical do SPE. ●

Carlos Pato  
Secretário-Geral do SPE

## Aplicação do CCT do EPC a todos os estabelecimentos do Particular e Cooperativo

Foi publicada a Portaria nº 462/10 de 1 de Julho que estende a aplicação do texto do C.C.T. do EPC publicado em 22 de Março de 2007, assinado entre a AEEP e a FENPROF, bem como as alterações, nomeadamente tabelas salariais, publicadas em 8 de Abril de 2009. Esta portaria estende as condições de trabalho em vigor nos referidos CCT às relações de trabalho entre os estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo não superior, não filiados na AEEP e trabalhadores ao seu serviço.

A referida portaria não tem efeitos retroactivos e entra em vigor a partir do dia 6 de Julho de 2010. Assim, se trabalha num estabelecimento de ensino particular e cooperativo não filiado na AEEP e que não cumpre com as tabelas salariais do CCT do EPC de 2009, deverá fazer um requerimento à direcção do seu estabelecimento com o pedido da aplicação das referidas tabelas com efeitos a 6 de Julho de 2010. Para mais esclarecimentos deverá contactar o Sindicato da sua região. ●

# STAPLES

Tudo para fazer um bom negócio.

## PROFESSOR + SOME PONTOS E GANHE PRÉMIOS



### NESTE REGRESSO ÀS AULAS RECEBA UMA OFERTA DE ADESÃO E GANHE PRÉMIOS AO RECOMENDAR OU COMPRAR COM O SEU CARTÃO PROFESSOR +

Adira ao cartão Professor + e receba um tapete de rato feito especialmente para si. Junte pontos e troque pelos inúmeros prémios existentes no catálogo. Existem duas formas de acumular pontos no período de Regresso às Aulas, uma em função das compras efectuadas, outra por cada nova adesão ao cartão Professor + que conseguir angariar.

#### VANTAGENS CARTÃO PROFESSOR +

- 7,5% de reembolso em Papelaria, Material Escolar, Calculadoras, Dicionários e Gramáticas
- 10% de reembolso em serviços no Centro de Cópias e Impressão
- Reembolso e desconto imediato em produtos seleccionados
- Uma vasta gama de parcerias que lhe permitem poupar em produtos e serviços

#### COMO ADERIR

Vá a uma loja Staples e solicite o formulário de adesão ou faça download do mesmo em [www.professormais.com](http://www.professormais.com). Apresente-o já preenchido numa loja Staples, juntamente com o comprovativo de professor e receba no momento a sua oferta. Se já tem cartão Professor +, o seu tapete de rato e informação detalhada sobre a campanha foram enviados para a sua morada.

Para conhecer todas as vantagens em detalhe e os pormenores sobre esta campanha entre em [www.professormais.com](http://www.professormais.com) ou dirija-se a uma loja.

Campanha válida de 16 de Agosto a 15 de Outubro de 2010. A oferta do tapete de rato a novas adesões é limitada às 10.000 unidades mediante a apresentação de um dos seguintes comprovativos de professor: Carteira Profissional, Recibo de Vencimento com data inferior a 6 meses, Declaração da escola onde lecciona, Cartão de um sindicato válido ou Cartão Electrónico.

[www.professormais.com](http://www.professormais.com)





## “Bailinho” da progressão e do ECD na R.A. da Madeira

A meio de Julho, o congelamento da progressão na carreira dos docentes em funções na Madeira ainda não conhecia resolução.

Isto após uma segunda devolução, pelo Representante da República, em 6 de Julho, do diploma que altera o Estatuto da Carreira Docente regional. Recorde-se que, em Abril findo, um primeiro diploma já fora devolvido à Assembleia Legislativa da Madeira. Entretanto, os docentes continuam, nesta região insular, sem progressão há cinco anos, uma situação grave de discriminação, com prejuízos a vários níveis.

Perante a «dança» (mais um Baile Pesado – ou da Repisa –, uma dança típica da ilha) entre o parlamento e o Representante da República, como referiu Marília

Azevedo, coordenadora do Sindicato dos Professores da Madeira (SPM), considera este sindicato que tem de ser encontrada uma solução rápida, para desbloquear a progressão. Falava-se, à data da redacção desta notícia, que o parlamento regional aprovaria o diploma no final de Julho.

Aliás, não foram colocadas questões de legalidade por Monteiro Diniz, na mensagem de devolução, mas foram invocados prejuízos para os docentes em funções na Região face aos seus pares no Continente e Açores.

### ECD regional adopta os piores princípios

Como se não bastasse este «imbróglio» à volta da progressão, foi publicado em 23 de Junho findo um novo ECD nacional e, dias depois, apresentado aos sindicatos da Região uma nova proposta de alteração ao ECD madeirense, que acolhe os «piores princípios» do ECD continental, nomeadamente no que respeita «às vagas

para acesso a dois escalões na carreira», como realçou Marília Azevedo no balanço do ano escolar.

A nova alteração proposta para a Região «piora» o documento hoje em vigor. A coordenadora do SPM questionou não só o sentido de «rever para piorar», como também «para que serve a Autonomia», se não é para «fazer diferente e melhor».

Indagou ainda se «faltará vontade política» para o efeito e para não deixar cair essa bandeira do Executivo regional de um Estatuto «valorizador da classe por não ter vagas nem quotas». Marília Azevedo não aceita as justificações de que essa alteração visa evitar o veto do Representante da República e lembra, a propósito, que é possível accionar outros mecanismos contemplados no Estatuto Político-Administrativo, como solicitar à Assembleia da República autorização para legislar.

Por fim, Marília Azevedo afirmou que os professores esperam que o Governo Regional «ultrapasse a retórica do discurso» e «concretize a valorização do trabalho docente». ●

### AO VIVO

## Jazz em Agosto 2010: o outro lado do Jazz

De 6 a 15 de Agosto na Fundação Gulbenkian

Correndo o fio da História do jazz contemporâneo na sua extraordinária riqueza e diversidade, renovando-se na oferta e acompanhando as mudanças do Planeta, o *Jazz em Agosto 2010*, já na sua 27ª edição, enquadra a realidade do jazz Europeu tomado no seu sentido dialogante com o jazz Americano original.

Uma programação que se amplia na inclusão de músicos originários de outros continentes num festival urbano dimensionado com espaço e com sentido de montra de tendências criativas dirigidas às audiências actuais que procuram o conhecimento alternativo ao dominante. John Surman e Jack DeJohnette, um duo emblemático cultivado há duas décadas, de fugazes mas não menos desejadas aparições, iniciam a sequência parafraseando o conceito.

A Circulazione Totale Orchestra de Frøde Gjerstad, ensemble multinacional com forte presença europeia aproximando gerações no seu seio e também activo há duas décadas, encerra a programação que tem mais pilares em personalidades como Han Bennink, em duo com Guus Janssen e celebrado no filme biográfico *Hazentijd* de Jellie Dekker e Dick Lucas; o recente projecto de Louis Sclavis *Lost on the Way* inspirado na Odisseia de Homero, revelando em quinteto novos valores da cena de França; o Electro-Acoustic Ensemble de Evan Parker numa inédita e significativa grande formação reunindo um escol de improvisadores Americanos e Europeus; o trio Suíço Steamboat Switzerland exaltando a fórmula de

power trio via órgão Hammond B3 original; o sexteto híbrido Sol 6 de Luc Ex conjugando canções de Charles Ives, Burt Bacharach, Eric Satie, Weill and Eisler com improvisação radical; Pat Thomas/Raymond Strid/Clayton Thomas, piano / contrabaixo/ bateria, triangulação perene do jazz, redefinindo o formato. Num olhar sobre a realidade portuguesa, progressivamente a adquirir relevância, o Red Trio explora idêntica fórmula com ousadia, enquanto o Open Speech Trio realça a importância do flautista Carlos Bechegas na história da música improvisada em Portugal. Completam o Jazz em Agosto 2010 uma evocação de Albert Mangelsdorff (1928-2005) trombonista de referência do jazz Europeu, consagrado no filme documental *Die Posaune des Jazz de Thorsten Jess* e a presença do crítico e teórico Italiano Francesco Martinelli que fundamentará em conferência uma tese sobre o diálogo nunca interrompido do Jazz Europeu e do Jazz Americano.

O *Jazz em Agosto* na sua 27ª edição continua a proporcionar novos horizontes para a compreensão do que é o jazz, hoje, nos seus caminhos menos convencionais e mais inventivos, o outro lado do jazz. ●

INFO

www.musica.gulbenkian.pt/jazz/

O Duo John Surman e Jack DeJohnette abre, dia 6 de Agosto, esta 27ª Edição do *Jazz em Agosto*.



### EXPOSIÇÕES

## “A Secreta Vida das Palavras”



O poeta Al Berto e a relação que estabeleceu ao longo da sua vida com as imagens foi o ponto de partida para esta exposição de pintura, escultura, fotografia, vídeo e instalação, patente em Sines

até 25 de Setembro. João Pinharanda é o comissário deste certame, contando com a consultoria de Pedro Cabrita Reis. Estão representados, entre outros, os artistas Nuno Cera, Ana Jotta, Vasco Costa, Edgar Massul, Rodrigo Peixoto, Sara Santos, Ana Vieira, Pedro Cabrita Reis, Pedro Calapez, Rui Chafes, Ilda David, Rui Sanches. A exposição pode ser visitada de segunda-feira a sábado, das 14h30 às 18h30, no Centro Cultural Emmerico Nunes (Largo do Muro da Praia, 1, Sines). Trata-se de uma cooperativa cultural com galeria de exposições não permanentes nas diversas áreas das artes plásticas. Tem ateliers de artes plásticas e laboratório de serigrafia e fotografia. Instalado num edifício emblemático de Sines, antigo hospital da Misericórdia, junto à Capela da Misericórdia e à Igreja Matriz. ●

INFO telefone 914827713

## “Olhar Feminino sobre as Mulheres do Sahara Ocidental”

Esta exposição é o resultado da participação do Movimento Democrático de Mulheres numa caravana de solidariedade para com o Povo Saraui, realizada em Abril de 2009, aos Campos de Refugiados Saraui no Sul da Argélia, mais precisamente em Tinduf. As visitas às instituições locais, escolas e hospitais, bem como os contactos com as famílias dos refugiados, resultaram nesta reportagem fotográfica de Helena Costa e Inês Seixas que pretende não só dar a conhecer a causa Saraui, mas também alertar para as questões de saúde ambiental e de higiene e salubridade existentes no campo.

Para ver entre 19 de Julho e 13 de Agosto, em Portimão, no espaço da Empresa Municipal de Água. ●